



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

RESOLUÇÃO CONSEPE/UNILAB Nº 226, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

Reedita, com alterações, a Resolução Consepe/Unilab nº 113, de 18 de novembro de 2021, que aprovou o Projeto Pedagógico e o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH) - Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso das atribuições legais, em sua 20ª sessão ordinária, realizada no dia 13 de fevereiro de 2023, considerando o processo nº 23282.018747/2022-14,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, de acordo com a documentação apresentada, o Projeto Pedagógico do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), nos seguintes termos:

I - curso de Mestrado Acadêmico na modalidade presencial;

II - exigência mínima de 24 (vinte e quatro) créditos referentes às disciplinas obrigatórias e optativas e 10 (dez) créditos referentes à produção da dissertação;

III - vinculado ao Instituto de Humanidades (IH);

IV - funcionamento no Campus das Auroras, situado no Campus das Auroras, Rua José Franco de Oliveira, s/n, Redenção/CE - CEP: 62.790-970;

V - oferta anual de 20 (vinte) vagas, distribuídas conforme o disposto no Programa de Ações Afirmativas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e no Regimento Interno do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades.

Art. 2º Aprovar, na forma do anexo, parte integrante desta Resolução, o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH) - Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Art. 3º Fica revogada a Resolução Consepe/Unilab nº 113, de 18 de novembro de 2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2023.

CLÁUDIA RAMOS CARIOCA

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, substituta



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA RAMOS CARIOCA, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, SUBSTITUTO(A)**, em 15/02/2023, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0629527** e o código CRC **6269CFE8**.

ANEXO À RESOLUÇÃO CONSEPE/UNILAB Nº 226, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

REGIMENTO INTERNO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (POSIH)

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (MIH)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), vinculado ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH), do Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), fica regulado por este Regimento e pelas normativas vigentes na Instituição.

Art. 2º Este Regimento está em conformidade com o Estatuto, o Regimento Geral da Unilab, o Regimento Geral da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Resolução *ad referendum* Consepe/Unilab nº 22, de 29 de junho de 2020, e a Portaria Capes nº 81, de 03 de junho de 2016.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO

Art. 3º Formar profissionais como pesquisadores e/ou docentes para atuarem na área Interdisciplinar em Humanidades e nas áreas afins, de modo a estabelecer um núcleo formador de profissionais qualificados para as instituições de ensino superior e da educação básica e, além disso:

I - promover a capacitação do discente na pesquisa/docência em Humanidades e áreas afins, em uma perspectiva interdisciplinar, capaz de contribuir para a compreensão dos efeitos decorrentes da crescente especialização e/ou fragmentação do conhecimento, envolvendo as seguintes áreas: Filosofia, Letras, Linguística, Pedagogia, Sociologia, Antropologia e História;

II - contribuir no atendimento às demandas internacionais de formação, qualificação e capacitação, surgidas no contexto das parcerias da Unilab com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como às de âmbito nacional, regional e microrregional, por meio da formação de profissionais de ensino e pesquisa em humanidades, com perfil interdisciplinar, internacional e cooperativo, capazes de atuar nos países que compõem a CPLP;

III - atrair professores, pesquisadores e discentes de diferentes formações disciplinares em humanidades, no intuito de consolidar espaços de interlocução entre as diversas áreas do conhecimento.

Art. 4º O Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) estrutura-se em uma única área de concentração, a saber, Estudos Interdisciplinares em Humanidades. Esta área de concentração, por sua vez, possui duas linhas de pesquisa: Linha 1. Educação, Política e Linguagens e Linha 2: Trabalho, Desenvolvimento e Migrações.

§ 1º Uma linha de pesquisa, para ser aprovada pelo colegiado de curso, deve possuir:

I - no mínimo 2 (dois) professores permanentes do curso;

II - produção acadêmica relevante, específica e com conexão direta com os projetos de pesquisa (individuais e/ou coletivos) de seus integrantes;

III - atividades semestrais de ensino e orientação;

IV - relação com a área de concentração do mestrado e com os projetos de pesquisa (individuais e/ou coletivos) de seus integrantes.

§ 2º As linhas de pesquisa serão avaliadas a cada 2 (dois) anos, após a primeira avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por Comissão específica criada pela coordenação colegiado de curso, que poderá desativar linhas existentes ou criar novas, em função dos critérios enunciados no inciso anterior.

§ 3º Qualquer alteração de área de concentração, linhas de pesquisa e/ou componentes curriculares na proposta do mestrado deve ser aprovada pelo colegiado, pelas respectivas unidades acadêmicas responsáveis e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), observadas as exigências e regulamentos da Capes.

Art. 5º O Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) é formado por um colegiado assim composto: coordenador, corpo docente (permanentes, colaboradores e visitantes, na proporção de 70% (setenta por cento)), representação estudantil (na proporção de até 15% (quinze por cento)) e representação dos servidores técnico-administrativos em educação (na proporção de até 15% (quinze por cento)).

§ 1º O corpo docente faz referência ao conjunto de doutores cientificamente produtivos, com produção compatível com as exigências descritas nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 deste Regimento Interno, além de envolvido, de modo sistemático e permanente, com as atividades de ensino e pesquisa do curso.

§ 2º A representação discente será eleita pelos seus pares, dentre os discentes regularmente matriculados no curso.

§ 3º O colegiado realizará pelo menos 1 (uma) reunião ordinária por período letivo, conforme art. 11, § 6º do Regimento Geral da Unilab e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do coordenador ou de 2/3 (dois terços) do número de seus participantes, sob justificativa e sob pauta específica.

§ 4º O comparecimento dos membros do colegiado às reuniões será preferencial a quaisquer outras atividades administrativas, de ensino, pesquisa ou

extensão, conforme art. 12 do Regimento Geral da Unilab.

§ 5º Exigir-se-á para as reuniões ordinárias e extraordinárias do colegiado o quórum da maioria simples de seus membros.

§ 6º Para a legitimidade/validade das decisões do colegiado será necessária a formação da maioria simples, contrária ou favorável, em votação ao tema previamente trazido à pauta.

Art. 6º O colegiado do curso terá as seguintes atribuições:

I - atuar como órgão máximo deliberativo do curso nos assuntos de sua competência e como órgão consultivo de seus membros componentes;

II - aprovar a composição do corpo docente do curso, bem como o credenciamento, a renovação de credenciamento e o descredenciamento dos docentes;

III - aprovar, mediante proposta do coordenador ou de 2/3 (dois terços) dos membros, os nomes dos componentes da banca examinadora responsável por selecionar os candidatos ao curso;

IV - aprovar e homologar a designação de orientador e de coorientador e sua eventual mudança;

V - aprovar ou alterar o Regimento próprio, submetendo-o ao Conselho de Unidade Acadêmica;

VI - decidir, quando cabível, pela utilização de recursos financeiros destinados ao curso;

VII - aprovar a lista de oferta de componentes curriculares, respeitando o calendário acadêmico;

VIII - aprovar as etapas, critérios e o resultado final do processo seletivo para ingresso de discentes no curso, respeitando o Regimento Geral da Pós-Graduação Stricto Sensu;

IX - fazer cumprir as disposições do Estatuto, do Regimento Geral e do Regimento Interno;

X - deliberar sobre o prazo adicional de vinculação do discente ao curso;

XI - definir as diretrizes referentes às formas de apresentação de exames de qualificação, de defesa de dissertação e as situações em que são admitidas dissertações escritas e/ou defendidas em língua estrangeira;

XII - emitir parecer acerca de assuntos de natureza administrativa, didática e disciplinar, no âmbito de sua competência;

XIII - aprovar os planos de atividades do curso, as propostas de disciplinas ofertadas com seus respectivos créditos e pré-requisitos, além da lotação dos docentes em cada período letivo;

XIV - decidir sobre o número de vagas para a matrícula nas disciplinas de responsabilidade do curso;

XV - aprovar os projetos de pesquisa e os planos de cursos para posterior encaminhamento ao Conselho de Unidade Acadêmica;

XVI - deliberar e executar o processo de eleição, dentre os membros docentes, do coordenador e do vice-coordenador do curso;

XVII - emitir parecer acerca de recursos contra atos do coordenador do curso, encaminhando o parecer à Unidade Acadêmica.

Art. 7º O Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) será administrado pela coordenação.

§ 1º A coordenação, uma vez eleita, será designada por Portaria da Reitoria da Unilab.

§ 2º As comissões de bolsas, credenciamento e credenciamento, examinadoras do processo seletivo, receptora e escrutinadora do processo eleitoral para coordenador e vice-coordenador, de Finanças/PROAP, de Relatório Capes e outras específicas serão indicadas pela coordenação ou por 2/3 (dois terços) dos membros e homologadas pelo colegiado de curso.

§ 3º A Comissão de Bolsas será composta, preferencialmente, por 1 (um) representante do corpo docente permanente, 1 (um) técnico-administrativo em Educação (TAE) e 1 (um) representante discente, regularmente matriculado no curso.

§ 4º A Comissão Receptora e Escrutinadora do Processo Eleitoral, após portariada, terá autonomia para divulgar, de maneira isenta à disputa, informações administrativas decorrentes do pleito para coordenador/a e vice-coordenador/a à

comunidade do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH).

Art. 8º A coordenação será integrada pelo coordenador, vice-coordenador e pela secretaria do curso.

§ 1º Os mandatos do coordenador e do vice-coordenador do curso são de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

§ 2º Na falta ou impedimento, temporário ou permanente, do coordenador do curso, suas funções são exercidas, para todos os efeitos, pelo vice-coordenador.

§ 3º Na falta ou impedimento do coordenador e do vice-coordenador, simultaneamente, a função de coordenador será exercida pelo representante docente mais antigo do colegiado em exercício do magistério superior na Unilab.

§ 4º Em caso de impedimento permanente ou na renúncia do vice-coordenador, sua substituição deve ser feita por eleição do colegiado, em reunião convocada para tal fim, e o mandato do eleito corresponderá ao período restante da gestão do substituído.

§ 5º Obrigatoriamente, o coordenador e o vice-coordenador devem ser docentes permanentes do curso e docentes efetivos do quadro da Unilab.

§ 6º A coordenação contará com o apoio da secretaria do curso.

Art. 9º A coordenação de curso terá as seguintes atribuições:

I - convocar eleição para a coordenação;

II - presidir as reuniões do colegiado;

III - submeter ao colegiado a lista de oferta de componentes curriculares, respeitando o calendário acadêmico;

IV - cancelar oferta de componente curricular, após aprovação pelo colegiado do curso;

V - submeter ao colegiado os processos de aproveitamento de estudos solicitados por discentes do curso;

VI - submeter à Proppg, para sua análise e posterior encaminhamento ao

Consepe, propostas de alterações da área de concentração, linhas de pesquisa e/ou componentes curriculares, após aprovação pelo colegiado do curso e respectiva instância colegiada da unidade acadêmica;

VII - elaborar e encaminhar para a Capes o relatório das atividades anuais do curso;

VIII - encaminhar os editais de processo seletivo, após aprovação pelo colegiado do curso, para análise da Proppg;

IX - publicar e acompanhar os editais de seleção;

X - formalizar junto à Proppg, para inserção no sistema de controle acadêmico vigente, a decisão do colegiado relativa ao prazo máximo de vinculação do discente ao curso;

XI - aprovar *ad referendum*, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria da competência da coordenação, submetendo seu ato à ratificação do colegiado na reunião subsequente;

XII - propor aos órgãos competentes providências no sentido de aprimorar a infraestrutura física e acadêmica no âmbito do curso;

XIII - garantir a implementação dos critérios de avaliação estabelecidos pela Capes no âmbito do curso.

Art. 10. Compete à secretaria do curso:

I - manter em ordem e atualizados documentos e registros do mesmo;

II - emitir documentos referentes à vida acadêmica do discente;

III - assessorar as comissões do curso;

IV - acompanhar os editais do curso;

V - prestar informações referentes ao curso para a comunidade acadêmica e o público externo;

VI - receber inscrições e documentação dos processos seletivos, de matrícula e promover o arquivamento desses documentos;

VII - cadastrar bancas de qualificação e de defesa no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), mediante solicitação formal do orientador e da coordenação do curso.

Art. 11. A Comissão de bolsas terá as seguintes atribuições:

I - estabelecer e sugerir ao colegiado do curso critérios internos para concessão, cancelamento e substituição de bolsas, em conformidade com as normas vigentes no Regimento Geral da Pós-Graduação;

II - analisar e emitir parecer sobre os relatórios de bolsas;

III - acompanhar, discutir e emitir parecer sobre qualquer assunto referente a bolsas.

Parágrafo único. A portaria que nomeia a comissão de bolsas terá validade de 2 (dois) anos.

Art. 12. Compete ao docente na função de orientador:

I - elaborar, juntamente com o orientando, seu programa de estudos e opinar sobre a escolha de disciplinas, complementações de créditos fora do curso, aproveitamento de atividades como crédito, trancamento ou substituição de disciplinas;

II - orientar a dissertação em todas as fases de sua elaboração;

III - autorizar a entrega à coordenação das versões definitivas, por ocasião da qualificação e da defesa de dissertação;

IV - zelar e acompanhar continuamente para que o discente cumpra os prazos referentes às atividades acadêmicas;

V - zelar para que o trabalho de dissertação esteja de acordo com o Manual de Normalização de Trabalhos da Unilab;

VI - decidir, em conjunto com a coordenação, a das bancas de qualificação e defesa de dissertação de seus orientandos;

VII - presidir as bancas de qualificação e de defesa de dissertação;

VIII - ministrar no mínimo 1 (uma) disciplina por ano letivo;

IX - emitir parecer, para apreciação do colegiado ou da comissão pertinente, em processos iniciados por seus orientandos;

X - encaminhar à coordenação a solicitação do exame de qualificação e de defesa de dissertação.

Art. 13. Compete ao docente na função de coorientador:

I - acompanhar a vida acadêmica do discente, auxiliando o trabalho do orientador;

II - substituir integralmente o orientador na circunstância da ausência ou impedimento.

Parágrafo único. O coorientador deverá obrigatoriamente ser membro titular das comissões julgadoras de qualificação e de defesa.

Art. 14. O credenciamento de novos(as) docentes para o Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) será avaliado por comissão específica de acordo com calendário estabelecido em edital público pelo colegiado do MIH-Unilab, observando as disposições dos arts. 15, 16 e 17 deste Regimento e as normas definidas pela Unilab.

§ 1º O número de vagas para credenciamento de docentes será definido pelo colegiado do MIH-Unilab de acordo com as normas da Unilab, respeitando-se as proporcionalidades estabelecidas pela Capes.

§ 2º O credenciamento deverá enquadrar o docente nas categorias previstas pela Portaria Capes nº 81, de 03 de junho de 2016, como “permanente”, “colaborador” ou “visitante”, em conformidade com os critérios estabelecidos nos arts. 15, 16 e 17 deste Regimento Interno.

Art. 15. Para o credenciamento na condição de docente permanente, o edital de credenciamento exigirá aos (às) professoras os seguintes critérios para credenciamento junto ao Programa:

I - ter o título de doutor(a);

II - ter 2 (dois) anos de experiência no ensino de graduação;

III - apresentar ou estar desenvolvendo projeto de pesquisa em uma das linhas do Programa;

IV - integrar grupo de pesquisa do Diretório do CNPq;

V - comprovar produção em uma das linhas de pesquisa do Programa.

VI - desenvolver atividades de ensino na graduação da Unilab, ou em instituição com a qual a Unilab tenha Convenio de Cooperação Acadêmica;

VII - participar dos grupos de pesquisa estabelecidos, produtivos e vinculados ao MIH-Unilab;

VIII - após o credenciamento, orientar, anualmente, no mínimo, 1 (um) discente do MIH-Unilab;

IX - ter vínculo funcional com a Unilab;

X - em caráter excepcional, não ter vínculo com a Unilab, mas receber bolsa de fixação de pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento; na qualidade de professor(a) aposentado(a), ter firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do MIH-Unilab; ter sido cedido, por convênio formal, para atuar como docente do MIH-Unilab;

XI - manter regime de dedicação integral à Instituição caracterizada pela prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;

XII - ofertar anualmente, no mínimo, 1 (uma) disciplina da estrutura curricular prevista no Projeto Pedagógico do MIH-Unilab;

XIII - após o credenciamento, não faltar injustificadamente, no período de 1 (um) ano, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas do colegiado do MIH-Unilab, conforme o art. 12, § 3º, inciso I do Regimento Geral da Unilab;

XIV - após o credenciamento, participar das comissões, quando solicitado.

§ 1º Para o credenciamento na categoria docente permanente do Programa, o(a) professor(a) deverá comprovar produção, nos últimos 3 (três) anos (36 meses que antecedem o edital de credenciamento), de pelo menos 25 (vinte) pontos, de acordo com a seguinte aferição qualitativa das publicações/atividades:

I - artigo em periódico: Qualis A1, A2 ou A3 = 10 pontos;

II - artigo em periódico: Qualis A4 = 9 pontos;

III - artigo em periódico: Qualis B1 = 8 pontos;

IV - artigo em periódico: Qualis B2 ou B3 = 5 pontos;

V - artigo em periódico: Qualis B4 ou C = 1 ponto;

VI - livro completo: com conselho editorial = 10 pontos;

VII - livro completo: sem conselho editorial = 1 ponto;

VIII - livro organizado: com conselho editorial = 5 pontos;

IX - livro organizado: sem conselho editorial = 1 ponto;

X - capítulo de livro: com conselho editorial = 3 pontos;

XI - capítulo de livro: sem conselho editorial = 1 ponto;

XII - prefácios, traduções e resenhas em obra com conselho editorial = 3 pontos;

XIII - prefácios, traduções e resenhas em obra sem conselho editorial = 1 ponto;

XIV - educação e popularização de ciência e tecnologia (materiais didáticos, trabalho completo publicado em anais de evento, artigos publicados em jornais impressos ou digitais, blogs, sites, etc.) = 1 ponto;

XV - Proponente de Projeto de Pesquisa no âmbito da Pós-Graduação aprovado em Editais de Fomento da Capes, CNPQ ou Funcap = 10 pontos;

XVI - Proponente de Projeto de Pesquisa no âmbito da Graduação aprovado em Editais de Fomento da Capes, CNPQ ou Funcap (BICT/Funcap, PIBIC/CNPq-IC, PIBIC/CNPq-Af ou PIBIC/CNPq-ICJ) = 5 pontos;

XVII - Proponente de Projeto no âmbito da Graduação aprovado em

Editais de Fomento ao Ensino ou à Extensão (PIBID, RP e PIBEAC) = 3 pontos;

XVIII - Participação como membro da equipe de Projeto de Pesquisa no âmbito da Pós-Graduação aprovados em Editais de Fomento da Capes, CNPQ ou Funcap = 5 pontos;

XIX - Participação como membro da equipe de Projeto de Pesquisa no âmbito da Graduação aprovado em Editais de Fomento da Capes, CNPQ ou Funcap (BICT/Funcap, PIBIC/CNPq-IC, PIBIC/CNPq-Af ou PIBIC/CNPq-ICJ) = 3 pontos;

XX - Participação como membro da equipe de Projeto no âmbito da Graduação aprovado em Editais de Fomento ao Ensino ou à Extensão (PIBID, RP e PIBEAC) = 1,5 pontos.

§ 2º Além da pontuação prevista no parágrafo anterior, para credenciamento como professor permanente o docente deverá comprovar produção, nos últimos 3 (três) anos, de pelo menos um artigo com Qualis B2.

§ 3º Para avaliação do Qualis dos periódicos serão consideradas as informações oficiais disponíveis na Plataforma Sucupira/Capes.

Art. 16. Integram a categoria de colaboradores os demais membros do corpo docente do programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, incluídos os bolsistas de pós-doutorado, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente de possuírem ou não vínculo com a instituição.

§ 1º O desempenho de atividades esporádicas como conferencista, membro de banca de exame ou coautor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do Programa, não podendo o mesmo ser enquadrado como docente colaborador;

§ 2º Para o credenciamento na condição de docente colaborador os(as) professores(as) devem atender os mesmos critérios estabelecidos no art. 15, seus incisos e §§ 1º, 2º e 3º.

§ 3º Em exceção ao § 1º do art. 15, a pontuação mínima exigida no edital para credenciamento de docente colaborador passa a ser de 15 (quinze) pontos.

§ 4º A partir da sugestão de seus membros, o colegiado do MIH-Unilab, poderá a qualquer tempo, independente do lançamento de edital, convidar professores da Unilab ou vinculados a outras IES, devidamente autorizados pela IES de origem, com excelência acadêmica comprovada através da obtenção de pontuação superior a 25 (vinte e cinco) pontos, a partir dos critérios estabelecidos

nos incisos e §§ 1º, 2º e 3º do art. 15.

§ 5º Ao docente colaborador não será exigido dedicação integral à Instituição caracterizada pela prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Art. 17. Integram a categoria de visitantes os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional-administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no Programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

§ 1º A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.

§ 2º A pontuação da produção intelectual dos docentes visitantes, será de no mínimo, 25 (vinte e cinco) pontos, a partir dos critérios estabelecidos no § 1º do art. 15.

Art. 18. O credenciamento de todos(as) os(as) docentes do MIH-Unilab é obrigatório e deverá ocorrer a cada 2 (dois) anos. O critério de credenciamento respeitará a pontuação estabelecida nos arts. 15, 16 e 17.

§ 1º O credenciamento de docentes será realizado por comissão específica, avaliado através de edital e aprovado pelo colegiado.

§ 2º A produção docente a ser avaliada para o credenciamento será sempre referente aos 36 (trinta e seis) meses anteriores a data do credenciamento.

§ 3º O credenciamento deverá enquadrar os docentes nas categorias previstas na Portaria Capes nº 81, de 3 de Junho de 2016, como “permanente”, “colaborador” ou “visitante”.

§ 4º O edital de credenciamento para docente permanente exigirá os mesmos critérios e pontuações indicados no art. 15, seus incisos e §§ 1º, 2º e 3º.

§ 5º O(a) docente permanente que não alcançar a pontuação necessária para o credenciamento terá automaticamente o seu vínculo alterado para docente colaborador(a), caso alcance o mínimo de 15 (quinze) pontos, conforme os critérios estabelecidos no art. 15, seus incisos e §§ 1º, 2º e 3º, podendo no próximo ciclo de

recredenciamento pleitear o retorno à condição de docente permanente, caso alcance a pontuação necessária e os outros critérios previstos.

§ 6º O edital de recredenciamento para docente colaborador exigirá os mesmos critérios e pontuações indicados no art. 16 §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.

§ 7º O docente colaborador que, na ocasião do recredenciamento, alcançar os critérios e pontuações indicadas no art. 15, seus incisos e §§ 1º, 2º e 3º, poderá realizar inscrição no edital de recredenciamento para docente permanente.

§ 8º O docente que não cumprir os critérios mínimos exigidos para o enquadramento em uma das 3 (três) categorias previstas (“permanente”, “colaborador” ou “visitante”) será descredenciado do mestrado.

§ 9º O docente que for descredenciado terá que aguardar no mínimo 1 (um) ano antes de solicitar novo credenciamento.

CAPÍTULO III DO REGIME ACADÊMICO

Art. 19. A estrutura curricular do mestrado agrega as diversas áreas do conhecimento em humanidades. Essa estrutura foi concebida para contribuir com a formação discente nos campos da pesquisa e/ou docência em uma perspectiva interdisciplinar. Tal estrutura, contudo, pode ser alterada, em atenção ao possível surgimento de novas necessidades decorrentes, em especial, da atuação do corpo docente.

Art. 20. Em concordância com o orientador e a coordenação do curso, o discente, regularmente matriculado, poderá cursar ou aproveitar disciplinas de outros cursos ou Programas stricto sensu, com conceito mínimo 3 (três) na avaliação da Capes, observadas as equivalências de carga horária, crédito, conteúdo programático e/ou conceito.

§ 1º O número de créditos de aproveitamento de disciplinas não poderá ultrapassar 6 (seis) créditos do número mínimo exigido pelo curso para as disciplinas, salvo no caso de créditos obtidos no próprio curso por discentes readmitidos, com anuência do orientador.

§ 2º O discente poderá, caso aprovado pelo colegiado, aproveitar um máximo de 2 (dois) créditos referentes a cursos realizados em eventos científicos regionais, nacionais e internacionais, desde que o curso possua conteúdo programático, lista de frequência e carga horária.

§ 3º Será mantida a nota da componente curricular cursada em outro

programa de pós-graduação *stricto sensu*, objeto de aproveitamento de estudos. Em caso de conceito, este será transformado em nota, que será analisada por comissão específica criada para este fim.

§ 4º A matrícula na atividade acadêmica dissertação exige cumulativamente do discente:

I - aprovação em todas as disciplinas exigidas para a integralização de créditos;

II - média final, medida pelo Coeficiente de Rendimento (CR), igual ou superior a 7,0 (sete);

III - aprovação na atividade acadêmica proficiência em língua estrangeira;

IV - aprovação no exame de qualificação.

§ 5º O discente que desejar cursar componente curricular em outro programa de pós-graduação *stricto sensu* deve apresentar previamente ao período de matrícula constante no calendário acadêmico o detalhamento da respectiva ementa e bibliografia ao coordenador do curso, com a anuência do orientador, para o posterior aproveitamento de estudos.

Art. 21. Os discentes regularmente matriculados em outros cursos ou programas de pós-graduação *stricto sensu* de outras instituições de Ensino Superior (IES) poderão se matricular em disciplinas isoladas do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, com matrícula semestral prévia, mediante apresentação de solicitação do orientador ou Coordenador de origem, com anuência do professor da disciplina e aceite pela coordenação do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades.

Art. 22. Os discentes regularmente matriculados deverão cumprir o Estágio Docente sob a supervisão do orientador e do professor da disciplina, quando este não for o próprio orientador.

§ 1º O Estágio Docente consta de preparação e ministração de aulas em disciplinas de cursos de graduação em área afim e deverá ser realizado com a supervisão do orientador e do professor da respectiva disciplina.

§ 2º O conceito final do discente no estágio docente será conferido pelos supervisores, conforme disposto neste Regimento Interno.

§ 3º O estágio docente equivalerá a 4 (quatro) créditos.

§ 4º A componente Estágio Docente I é pré-requisito para a componente Estágio Docente II.

§ 5º O discente poderá ser dispensado do estágio docente, caso comprove a experiência docente igual ou superior a 1 (um) ano no ensino superior.

Art. 23. A unidade básica para avaliação da intensidade e duração das disciplinas do curso é o crédito, que equivale a 15 (quinze) horas/aula.

§ 1º O número de créditos exigidos para a integralização do curso será de 34 (trinta e quatro). A dissertação equivalerá a 10 (dez) créditos do total.

§ 2º As disciplinas podem ser ofertadas na modalidade extensiva, ao longo do semestre, ou intensiva, com carga horária concentrada em curto período.

§ 3º A integralização dos estudos em componentes curriculares, expressos em unidades de créditos, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) créditos em disciplinas.

Art. 24. O plano de ensino de cada disciplina será apresentado pelos docentes responsáveis e submetido à apreciação da coordenação e do colegiado do curso.

Parágrafo único. Constituem itens obrigatórios do programa da disciplina: o nome da disciplina, o código, o número de créditos, os docentes responsáveis, a ementa, o objetivo geral, o conteúdo programático, formas de avaliação e referências bibliográficas.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ACADÊMICO

Art. 25. A avaliação de rendimento acadêmico no curso será feita por disciplina e atividades acadêmicas (proficiência em língua estrangeira, exame de qualificação e defesa de dissertação), incluindo aspectos de assiduidade e aproveitamento, ambos eliminatórios.

§ 1º A avaliação do rendimento acadêmico abrange sempre os aspectos de assiduidade e desempenho. O docente é o responsável por inserir a avaliação do rendimento no sistema de controle acadêmico vigente.

§ 2º Entende-se por assiduidade a frequência não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para a atividade ou disciplina.

§ 3º Considerar-se-á aprovado o discente que apresentar frequência igual ou superior a 75% (cinco por cento) das atividades desenvolvidas e nota final igual ou superior a 7,0 (sete) ou conceito aprovado.

§ 4º A avaliação nas disciplinas obrigatórias e optativas será expressa por meio de notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) com, no máximo, uma casa decimal.

§ 5º Para as atividades de exame de qualificação e defesa de dissertação a avaliação deverá ser categorizada em aprovado ou reprovado.

§ 6º A proficiência em língua estrangeira seguirá as normas de proficiência da Unilab.

§ 7º O discente deverá apresentar à secretaria do mestrado a declaração de proficiência em língua estrangeira em um prazo máximo de 18 (dezoito) meses a partir da primeira matrícula.

§ 8º O prazo máximo para aproveitamento de exame de proficiência realizado antes da entrada no curso é de 24 (vinte e quatro) meses da data da realização do exame.

§ 9º O discente com uma reprovação em qualquer componente curricular, incluindo-se as atividades acadêmicas (proficiência em língua estrangeira e exame de qualificação), terá direito a uma nova oportunidade, respeitado o disposto nos incisos IV e V do art. 6º do Regimento Geral da Pós-Graduação.

§ 10. Não será permitida uma nova oportunidade para os casos de reprovação na atividade acadêmica de defesa de dissertação.

§ 11. A critério do docente responsável, a avaliação de rendimento das disciplinas ou atividades far-se-á por um ou mais dos seguintes instrumentos de aferição: provas escritas e/ou oral, seminários, trabalhos escritos, resenhas, artigos aceitos para publicação e/ou publicados, assim como participação geral na atividade ou disciplina.

§ 12. No caso da defesa da dissertação, a avaliação será expressa pelo conceito aprovado ou reprovado.

§ 13. Quando, pelo menos, um dos membros da banca considerar a dissertação com o conceito reprovado, prevalecerá o conceito reprovado para o julgamento do trabalho.

§ 14. Quando os membros da banca considerarem, consensualmente, que a dissertação ultrapassa, positivamente, o requerido para uma adequada e

excelente dissertação, as dissertações poderão receber, além do conceito, a menção com louvor.

Art. 26. Ao discente regularmente matriculado no curso compete:

I - cursar as disciplinas ofertadas, conforme indicação do seu orientador;

II - cumprir o estágio docente, no caso de não ter sido dispensado de tal estágio, conforme § 5º, art. 22 deste Regimento Interno;

III - somente cursar disciplinas ou atividades externas ao curso com anuência do seu orientador e da coordenação;

IV - fazer os relatórios e outras atividades solicitadas pela coordenação e pelo orientador;

V - cumprir as atividades que lhe competem dentro dos prazos regimentais.

Art. 27. Após o cumprimento dos créditos de disciplinas, das aprovações nos exames de proficiência e de qualificação, o orientador do discente poderá requerer banca de dissertação, desde que o seu orientando tenha aprovado, no mínimo, 1 (um) artigo para publicação em veículo classificado nos estratos A1 a B5 do Qualis Periódicos da Capes, ou ainda 1 (um) capítulo de livro, com ISBN, e/ou, ainda, trabalho completo, com ISSN, publicado em Anais de eventos nacionais e/ou internacionais.

Art. 28. Considerar-se-á aprovado no curso o discente que satisfizer às seguintes condições:

I - tenha concluído todos os créditos exigidos;

II - tenha concluído o estágio docente, no caso de não ter sido dispensado de tal estágio;

III - tenha obtido, nas disciplinas, nota igual ou superior a 7,0 (sete);

IV - tenha obtido, no exame de qualificação, o conceito “aprovado”;

V - tenha obtido, na defesa da dissertação, o conceito “aprovado”;

VI - tenha defendido a dissertação dentro do prazo máximo de 24 (vinte

e quatro) meses, prazo este contado a partir da data da primeira matrícula, podendo ser prorrogado por até 6 (seis) meses, em casos excepcionais previstos nas Normas do Regimento Geral da Pós-Graduação, devidamente aprovado pelo orientador e pelo colegiado de curso.

Art. 29. O sistema de controle acadêmico vigente cancela o vínculo ao curso do discente que se enquadrar em uma das seguintes situações:

I - for reprovado duas vezes na mesma componente curricular, inclusive nas atividades acadêmicas de proficiência em língua estrangeira e exame de qualificação;

II - for reprovado, uma vez, em 2 (duas) componentes curriculares distintas no decorrer do curso;

III - não tenha efetuado matrícula em componente curricular no semestre vigente;

IV - extrapolar o prazo máximo do curso definido pelo colegiado, respeitado o disposto no inciso I do art. 6º do Regimento Geral da Pós-Graduação;

V - for reprovado na atividade acadêmica de defesa de dissertação.

CAPÍTULO V

DA INSCRIÇÃO, ADMISSÃO, MATRÍCULA E TRANSFERÊNCIA DOS DISCENTES

Art. 30. O acesso ao mestrado por candidatos brasileiros ou internacionais é feito exclusivamente por meio de processo seletivo, previamente definido pela coordenação, mediante edital de seleção, homologado pelo colegiado do curso e pela Proppg:

I - após a homologação do edital pela Proppg, a divulgação e demais etapas do processo de seleção de discentes são de responsabilidade da coordenação do curso;

II - o candidato internacional, quando aprovado em processo seletivo, somente poderá ser admitido e permanecer no curso quando apresentar documento de identidade válido e documento de visto temporário ou permanente que o autorize a estudar no Brasil.

Art. 31. Poderá ser admitido no curso candidato portador de diploma em curso de graduação, reconhecido pelo MEC, obtido em Instituição de Ensino Superior (IES), e que tenha sido aprovado no processo seletivo, satisfazendo as exigências

específicas do mestrado, devidamente expressas em edital do processo seletivo.

Parágrafo único. Poderá ser aceito no mestrado candidato portador de diploma de curso superior fornecido por instituição de outro país, desde que devidamente reconhecido/revalidado no Brasil, conforme a legislação vigente.

Art. 32. A documentação necessária para a inscrição no processo seletivo será estabelecida em edital específico:

I - o edital poderá admitir a inscrição de candidatos mediante a apresentação de comprovante oficial de que está no último semestre de curso de graduação, com previsão de conclusão até a data da primeira matrícula no mestrado;

II - no caso de discentes internacionais, será exigido o reconhecimento do diploma, como previsto nas normas para os cursos e programas de pós-graduação stricto sensu da Unilab;

III - a revalidação/reconhecimento de diploma de graduação de discente internacional poderá ser dispensada em decorrência de acordos vigentes entre a Unilab, outras IES e organismos internacionais, desde que em situações condizentes com as preconizadas na legislação nacional vigente;

IV - a classificação de candidatos e candidatas para as 20 vagas ofertadas anualmente considerará os termos da Resolução Consuni nº 40, de 20 de agosto de 2021, sendo as vagas distribuídas a partir dos seguintes critérios:

a) 70% (setenta por cento) das vagas serão destinadas para ampla concorrência, incluindo candidatos graduados no Brasil, candidatos graduados nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste e Técnico-Administrativos em Educação da Unilab;

b) 20% (vinte por cento) das vagas serão destinadas para ações afirmativas que contemplem negros, indígenas e pessoas com deficiência (PCD);

c) 10% (dez por cento) das vagas serão destinadas para outros segmentos de ações afirmativas previstas pela Resolução Consuni nº 40, de 20 de agosto de 2021: Quilombolas, Comunidades Tradicionais, Trans, Refugiados, Ciganos e Egressos do sistema prisional.

V - a cada processo seletivo anual, o colegiado do curso definirá e comunicará à Proppg o quantitativo específico de vagas destinadas para ampla concorrência e às vagas de ações afirmativas;

VI - os(as) candidatos(as) inscritos(as) para as vagas de ações

afirmativas serão entrevistados ou terão a documentação de inscrição verificada por comissões (de heteroidentificação e/ou de avaliação de documentos) para que não haja desvio da finalidade da política de ações afirmativas, observando legislações específicas para cada segmento de concorrência. Os(as) candidatos(as) que não forem reconhecidos como tal pela comissão serão redirecionados para as vagas de ampla concorrência.

Art. 33. A seleção dos candidatos realizar-se-á por Comissão de Seleção e se submeterá aos critérios do edital.

Art. 34. No início de cada semestre letivo, em concordância com o calendário estabelecido, o discente deverá efetuar matrícula. A escolha das disciplinas deverá ter a anuência do orientador.

Art. 35. A matrícula do discente regular será solicitada pelo próprio no sistema de controle acadêmico vigente na Unilab, homologada pelo orientador e confirmada pela coordenação do curso, de acordo com prazos e datas estabelecidas no Calendário Acadêmico da Pós-Graduação Stricto Sensu da Unilab.

Art. 36. O discente matriculado no mestrado ficará sujeito ao cumprimento das normas estabelecidas neste regimento interno.

Art. 37. O discente do mestrado será classificado em regular ou especial:

I - são discentes regulares aqueles que mantêm o vínculo com a instituição (matrícula) e com o curso, ocupando a vaga obtida no processo seletivo, mediante cumprimento dos requisitos e exigências previstos em edital;

II - são discentes especiais os candidatos aprovados em processo seletivo específico, oriundos ou não de cursos de pós-graduação stricto sensu de outras instituições, que, já tendo concluído curso de graduação reconhecido, são aceitos para cursar componentes curriculares isoladas, mantendo vínculo exclusivamente com a disciplina ou atividade em que forem matriculados, sem estabelecer vínculo com a instituição ou com o curso;

III - os discentes especiais são admitidos para cursar componentes curriculares específicas, ofertadas a critério da coordenação e mediante concordância do docente responsável pela componente curricular, respeitado o limite de 6 (seis) créditos e limitado a 2 (dois) períodos letivos regulares, consecutivos ou não;

IV - a matrícula do discente especial será realizada pelo coordenador do curso, respeitado o período de matrícula constante no calendário acadêmico;

V - tendo efetuado a sua matrícula, o discente especial estabelece vínculo com a componente curricular a ser cursada, devendo ser aferidos os mesmos mecanismos de frequência e avaliação de desempenho aplicados àqueles que se encontram matriculados como discentes regulares;

VI - os estudos concluídos com aprovação em determinada componente curricular cursada por um discente especial podem ser aproveitados quando do ingresso na condição de discente regular no mestrado;

VII - somente será assegurada a condição de discente regular ou especial àqueles que tenham efetuado matrícula semestral em alguma componente curricular do mestrado.

Art. 38. Somente será permitido o trancamento do curso por motivo de doença ou de licença-maternidade, devidamente autorizado pelo serviço médico da Unilab, não sendo computado o período de trancamento para efeito do que preceitua o inciso I do art. 6º do Regimento Geral da Pós-Graduação.

Art. 39. É permitido ao discente trancar matrícula em componente curricular, obedecendo ao calendário acadêmico da pós-graduação da Unilab, exigindo-se para tanto a anuência do orientador e do coordenador, os quais devem observar a viabilidade e o prazo de trancamento, respeitado o Regimento geral da Pós-Graduação.

Parágrafo único. A autorização de Regime Especial pelo serviço médico da Unilab não implica em trancamento do curso ou prorrogação de prazo de conclusão.

Art. 40. A requerimento do interessado, e desde que haja vagas, a coordenação pode aceitar a transferência de estudantes procedentes de cursos ou Programas equivalentes, após deliberação do colegiado do curso.

Parágrafo único. No requerimento de transferência, o estudante deverá apresentar projeto de dissertação, histórico escolar, diploma de graduação e carta de recomendação da coordenação de seu curso de origem.

Art. 41. O mestrado oferecerá ao discente, desde que requeira, guia de transferência para outras instituições.

CAPÍTULO VI DA QUALIFICAÇÃO, DISSERTAÇÃO E DOS DIPLOMAS

Art. 42. A banca de exame de qualificação será composta por, no mínimo, 3 (três) docentes e/ou pesquisadores com titulação de doutor e/ou por

pessoa com diploma de Notório Saber em Artes, Ofícios e Cosmologias Tradicionais, devendo ser presidida pelo orientador.

Parágrafo único. O exame de qualificação deverá ser realizado antes da matrícula na atividade acadêmica dissertação, salvo em situações de reprovação ou prorrogação aprovada pelo colegiado, respeitado o disposto no Regimento Geral da Pós-Graduação.

Art. 43. A banca de defesa de Dissertação (presidida pelo orientador) será composta por, pelo menos, 3 (três) membros titulares e 1 (um) membro suplente, sendo todos professores e/ou pesquisadores com titulação de doutor e/ou pessoa com diploma de Notório Saber em Artes, Ofícios e Cosmologias Tradicionais.

§ 1º Dos 3 (três) membros titulares que compõem a banca de defesa de Dissertação, pelo menos 1 (um), obrigatoriamente, não poderá fazer parte do corpo docente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades.

§ 2º Se o discente estiver sendo acompanhado por um coorientador, este deverá, obrigatoriamente, ser membro titular da banca de defesa de dissertação.

Art. 44. A elaboração da dissertação de mestrado será supervisionada pelo professor orientador e/ou coorientador.

Parágrafo único. Uma vez concluída a dissertação, o candidato deverá entregá-la à banca examinadora, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para a defesa.

Art. 45. A sessão de apresentação e julgamento da Dissertação será pública, em local, data e hora previamente divulgados, registrando-se os trabalhos em ata, assinada pelos membros titulares da banca examinadora.

§ 1º É permitida a realização de sessão pública de defesa de dissertação por meio de videoconferência, ou outro suporte eletrônico, com a participação a distância, de até 2 (dois) membros da comissão examinadora.

§ 2º Nas sessões públicas de defesa de dissertação ou tese por meio de videoconferência, ou outro suporte eletrônico a distância, o discente que realizará a apresentação de dissertação e o presidente da banca examinadora, deverão estar fisicamente presentes no local onde ocorrerá a defesa, em um dos *Campi* da Unilab.

§ 3º Em situações excepcionais, tais como pandemia ou estado de calamidade pública, declaradas pelos governos municipais, estadual ou federal e com a anuência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unilab, as sessões públicas de defesa de dissertação ou tese poderão ser realizadas integralmente por

videoconferência ou outro suporte eletrônico a distância.

§ 4º Em casos de participação de membro da comissão examinadora por meio de videoconferência, ou outro suporte eletrônico a distância, no local da assinatura do membro cuja participação se deu a distância, deve-se registrar: “participação por videoconferência”.

Art. 46. Após a defesa da dissertação, o discente deverá cumprir o procedimento pós defesa do sistema acadêmico vigente, que se inicia com a submissão da versão final corrigida da dissertação até a homologação do diploma.

§ 1º A versão final da Dissertação deverá conter as alterações sugeridas pela banca quando da defesa, devidamente aprovadas pelo orientador, e adequada ao Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Unilab.

§ 2º No que se refere à documentação exigida pela Biblioteca Central da Unilab, o discente deverá seguir o estabelecido na Regulamentação específica desta unidade.

§ 3º Após o recebimento da versão definitiva do trabalho pela coordenação do curso, o discente receberá a requisição de homologação da dissertação para solicitar o diploma junto à unidade responsável pelo registro e controle acadêmico na Unilab.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. Constarão como regulamentos adicionais a este Regimento, as exigências específicas decorrentes de Resoluções, Portarias e Normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Capes para a Pós-Graduação brasileira.

Art. 48. Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado de Curso, ouvida a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Proppg) da Unilab.



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES -MIH

INSTITUTO DE HUMANIDADES - CEARÁ

Redenção (CE), dezembro 2022

SUMÁRIO

1. Dados do Curso.....	01
2. Introdução.....	02
3. Contextualização Institucional e Regional do Curso.....	02
4. Histórico do Curso.....	06
5. Cooperação e Intercâmbio.....	08
6. Área de concentração do Curso.....	10
7. Linhas de Pesquisa.....	10
8. Caracterização do Curso.....	12
9. Seleção de Estudantes.....	14
10. Disciplinas.....	14
11. Corpo Docente.....	44
12. Projetos de pesquisa e produção acadêmica.....	46
13. Autoavaliação.....	50
14. Infraestrutura.....	52
15. Planejamento Estratégico.....	54
16. Bibliografia.....	57

1. Dados do Curso:

Instituição de Ensino: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Unidade Acadêmica: Instituto de Humanidades (IH)

Endereço de funcionamento: Campus das Auroras, situado no Campus das Auroras, Rua José Franco de Oliveira, s/n, Redenção/CE - CEP: 62.790-970

Modalidade de Ensino: Educação Presencial

Programa: Interdisciplinar em Humanidades

Área de Avaliação-CAPES: Interdisciplinar

Modalidade: Acadêmico

Nível: Mestrado

Nome do Curso: Mestrado Interdisciplinar em Humanidades

Vagas discentes anuais: 20

Coordenação do Curso (Biênio 2021-2023)

Coordenador: Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza

Vice-coordenador: Prof. Dr. Antônio Vieira da Silva

2. Introdução

Apresentamos a segunda atualização do Projeto Pedagógico do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, desde a aprovação da APCN (Apresentação de Propostas para Cursos Novos) e início das atividades do curso, em 2016.

3. Contextualização Institucional e Regional do Curso

O Projeto Pedagógico do Mestrado em Humanidades nos filia ao movimento de elasticidade epistemológica desencadeado pelas Ciências Humanas. Tal movimento tem possibilitado, teórica e metodologicamente, o desenvolvimento de pesquisas de temas marginais, tais como saberes locais, hierarquias nas relações globais, artes urbanas, corporeidades, estudos étnicos, educação do campo, intolerâncias, homofobia, sexismo, ações afirmativas, saberes indígenas e quilombolas, lutas antirracistas, Lei 10.639/03 e 11.645/08; e/ou sobre sujeitos sociais historicamente excluídos: negros, quilombolas, indígenas, mulheres, pobres, LGBTQI+, grupos vulneráveis. No que, enfim concerne educação, política e linguagens, trabalho, desenvolvimento e migrações, igualmente em correspondência com temas como juventude, religiões e religiosidades, territorialidades, políticas públicas, resistências sociais e intelectuais e diásporas africanas, interessam-nos todas as discussões dispostas em nossas duas linhas de pesquisa, de forma a que possamos contribuir, desde a academia, para que os subalternizados e as vozes silenciadas ocupem os seus lugares.

Um marco importante, nesse sentido, é o exercício da práxis interdisciplinar. Desse modo, desnaturalizamos os saberes disciplinares, fechados em si mesmos, em seus fazeres, e os deslocamos para um saber-fazer "entre-lugares" (BHABHA, 2001), no âmbito do qual a pesquisa, o ensino e a extensão sejam mediados com a socialização de conceitos e práticas de diversas áreas do conhecimento humano, acessando assim vários temas e sujeitos tradicionalmente não abordados pelas pesquisas e trabalhos acadêmicos, e que podem ser abordados por esse viés não fragmentado, de aproximação da teoria à prática social. Entende-se, com isso, que o ser humano germina de um todo complexo (MORIN, 2000), fruto de sua síntese histórica e contraditória, mediada pela interação entre natureza, trabalho e cultura; multiverso em um todo, e não estabelecido por partes.

Temos, em Georges Gusdorf (1995), um dos pioneiros na propaganda da Interdisciplinaridade. Gusdorf, em 1961, apresentou à UNESCO um "Projeto de Pesquisa Interdisciplinar para as Ciências Humanas", que, à luz da categoria da totalidade, defendia o entrelaçamento teórico e metodológico para disciplinas constituintes das ciências humanas. Para Gusdorf, a práxis interdisciplinar possibilita a cada saber-fazer disciplinar uma transvalorização de si mesmo, sempre em direção ao outro. Essa consciência sobre limites e possibilidades entre o eu disciplinar e o outro produz uma potente zona híbrida, a Interdisciplinaridade.

Outra referência é a de Jean Piaget (1896-1980), com "Problemas Gerais da Investigação Interdisciplinar e Mecanismos Comuns" (1973). Estes dois autores (Gusdorf e Piaget) exerceram forte influência aqui no Brasil, mais especificamente no pensamento de Hilton Japiassu (1976) e Ivani Fazenda (1995). De acordo com Fazenda (1995, p. 69), "em 1960, a interdisciplinaridade chega ao Brasil como modismo, palavra de ordem, como semente e produto das reformas educacionais".

Autores africanos, como Joseph Ki-Zerbo (2010) e Elisio Macamo (2012) têm, por sua vez, também desde meados do século XX, contribuído com um enriquecimento ímpar à práxis da interdisciplinaridade. Conforme o historiador Ki-Zerbo, "a história africana, menos que qualquer outra disciplina, não pode acomodar-se ao gueto. Nem mesmo para estabelecer aquilo que, no entanto, parece pertencer justamente ao monopólio da história: a cronologia." Tampouco a antropologia, a sociologia, a filosofia, a literatura e a educação podem seguir admoestadas por essas tendências disciplinares, em virtude ainda de uma cultura baseada no cientificismo do século XIX, e que as cinge procedimentalmente às supostas especificidades instrumentais e utilitárias de seus campos de estudo e atuação. Os estudos pós-coloniais evidenciam que a interdisciplinaridade é uma necessidade para que as teorias sociais possam ser transformadoras de realidades locais e atuais, pensadas como espaços de diálogos com os movimentos sociais (BHABHA, 2001; FANON, 2008; GILROY, 2001; HALL, 2008; SAID, 1990).

No campo histórico, "com frequência, a solução de um problema de cronologia só pode ser corretamente alcançada com a ajuda combinada de quatro fontes distintas de informações: os documentos escritos, a arqueologia, a linguística e a tradição oral" (KI-ZERBO, 2010, p. 389). Desse modo, conforme a demanda de se conhecer e de se atuar no campo complexo da crítica aos efeitos da colonialidade, a interdisciplinaridade torna-se a melhor disposição epistemológica e teórico-metodológica. Podemos afirmar que o pensamento desses autores está presente

nos princípios pedagógicos e epistemológicos cultivados pela UNILAB, onde a práxis Interdisciplinar é concebida como lugar da interseção entre fronteiras disciplinares. Suleiam, de fato, as propostas da UNILAB o compartilhamento das diversidades, o desejo do mergulho profundo e denso nas contradições materiais de produção da existência humana, ou seja: da integralidade do fazer cultural em sociedades habitualmente distintas. Esse é o espaço precioso da própria convivência entre as inúmeras diferenças que compõe a Universidade da Integração Internacional do Brasil com os PALOPs e o Timor-Leste.

A este respeito, Severino Elias Ngoenha (1989, p. 16) afirma o seguinte:

Para se constituir, a perspectiva interdisciplinar não opera uma eliminação das diferenças: tanto quanto na vida em geral, reconhece as diferenças e as especificidades e convive com elas, sabendo, contudo, que elas se reencontram e se complementam, contraditória e dialeticamente. O que de fato está em questão na postura de interdisciplinaridade, fundando-a, é o pressuposto epistemológico de acordo com o qual a verdade completa não ocorre numa Ciência isolada, mas ela só se constitui num processo de concorrência solidária de várias disciplinas.

O filósofo moçambicano reconhece, portanto, no método interdisciplinar, a importância das diferenças e das próprias contradições sociais para a produção do conhecimento em humanidades. Trata-se de algo crucial para a compreensão da experiência histórica da humanidade. Isso se dá em consonância com o que igualmente nos diz Gaudêncio Frigotto,

a necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se na caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social que nos imprime a distinção dos limites reais dos sujeitos que investigam os limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema, isso não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. Nesse sentido, mesmo que delimitado, um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável (FRIGOTTO, 2008, p.43-44).

Sobre a questão da indissociabilidade da experiência social do ser, delimitado como tema de pesquisa no universo acadêmico. Elísio Salvado Macamo destaca que, para entender melhor o continente africano, o desafio interdisciplinar vem justamente da necessidade que muitos de nós – que nos identificamos como acadêmicos africanos – temos de questionar o sentido da própria noção de conhecimento. Trata-se de um questionamento que, ao mesmo tempo, exprime aquilo que, e como, se deve questionar, a fim de que, assim, se possa contribuir

para melhores condições de vida, mais justiça social e maior dignidade individual. Em certo sentido, portanto, o questionamento que está na base da necessidade interdisciplinar em África recebe impulsos da constatação de que a abordagem fragmentada não tem realmente produzido conhecimento, mas sim ignorância, em vários sentidos, sobre realidades que não sejam as hegemônicas (MACAMO, 2012, p.69-70).

Dessa forma, a prática interdisciplinar constitui o fio-condutor do trabalho dos/as docentes também do Curso de Bacharelado em Humanidades da UNILAB, vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), e de onde advém maioritariamente o corpo docente do nosso Mestrado. Os docentes do IH possuem formações plurais, e essa pluralidade, em exercício no Bacharelado em Humanidades, constitui "o modo UNILAB de ser". Tendo sido aprovado em consonância com a Avaliação Trienal 2013 dos Programas de Pós-Graduação do Brasil, o Mestrado Interdisciplinar em Humanidades visando ampliar este trabalho educativo do "modo UNILAB de ser" segue projetando-se oportunamente à abertura de vagas para o doutorado.

Conforme a CAPES, a Área Interdisciplinar serviu de abrigo para propostas de novos cursos de universidades mais jovens ou distantes dos grandes centros urbanos, com estruturas de Pós-graduação em fase de formação, implantação e consolidação. Essa atuação deve ser entendida como importante estratégia para o sistema de Pós-graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de um número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada em recursos humanos nas várias e muito desiguais regiões do território nacional.

O Mestrado Interdisciplinar em Humanidades busca, pois, construir uma ponte histórica e cultural para a integração/cooperação internacional entre o Brasil e países, regiões e comunidades de expressão em língua portuguesa, particularmente as africanas. Por conseguinte, somando-se ao tema da Interdisciplinaridade, o conceito de cooperação internacional deve ser concebido como um processo de interação social no âmbito do qual os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos para todos os cooperantes.

Nascida como instituição internacional, a UNILAB está inserida no contexto de internacionalização da educação superior no Brasil, ao mesmo tempo em que atende à meta da Interiorização, ao colaborar com o desenvolvimento de regiões

carentes de Instituições de Ensino Superior, como o Maciço do Baturité. Não se pode, contudo, olvidar que a integração entre internacionalização e interiorização se dá pelo vínculo da comunidade da diáspora africana no Brasil, que é com quem, sem sombra de dúvida, o país tem a sua maior dívida histórica. Dessa forma, o Mestrado Interdisciplinar prossegue na seleção de alunos/as nacionais e internacionais, estando continuamente no aperfeiçoamento da implementação das suas ações afirmativas para o ingresso de negros/as, quilombolas, indígenas, população LGBTQIA+ e demais segmentos marginalizados de nossa sociedade.

Quanto à internacionalização, o Mestrado Interdisciplinar em Humanidades conta em seus quadros com professores africanos e com a metade das suas vagas destinada para estudantes africanos e africanas, motivando a mobilidade acadêmica e visando ampliá-las, além de manter parcerias com instituições africanas. No que tange à interiorização, o Mestrado, atento às demandas locais, reconhece as 82 comunidades quilombolas e as 14 etnias indígenas presentes no Estado do Ceará, e abriu editais específicos, desde 2019, para quilombolas e indígenas; disposto, assim, ao diálogo constante entre pesquisadores e pesquisadoras, grupos de pesquisas e estudos, em diálogos horizontais e interdisciplinares também com movimentos e lideranças populares, identificados a partir dos/as ingressantes desses respectivos grupos no programa.

Por fim, a Unilab, por meio do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, oferece uma pós-graduação *stricto sensu* aos seus próprios/às suas próprias estudantes e, por outro, propicia aos/às profissionais já graduados/as em outras instituições, de regiões vizinhas, a possibilidade da continuação de seus estudos: com vistas à formação para a produção de conhecimento qualificado e mais preparados/as para atuar ante as demandas de suas realidades. Nossos/as egressos/as têm, de fato, conseguido, em caráter nacional, a consolidação do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, com foco em temas marginais em humanidades, na interculturalidade e na cooperação internacional sul-sul, o que demanda a incrementação do Programa de Pós-Graduação ante a possibilidade de abertura de um Doutorado Interdisciplinar em Humanidades.

4. Histórico do Curso

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab, criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, tem como missão

específica formar quadros para promover e fortalecer a integração internacional solidária entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial, os países africanos, bem como dar impulso ao desenvolvimento regional, notadamente da Região do Maciço de Baturité, promovendo a formação e o intercâmbio cultural, científico e educacional na perspectiva da cooperação sul-sul. Instalada nas cidades de Redenção e Acarape, aqui no Ceará, e em São Francisco do Conde, na Bahia, os recursos humanos e materiais da Unilab foram pensados e estão sendo desenvolvidos e consolidados para formar indivíduos e coletivos no enfrentamento em superação das desigualdades sociais em níveis regional, nacional e internacional.

Nesse escopo, o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, POSIH/UNILAB, assume a finalidade de desenvolver, em nível de Pós-Graduação, através do curso de Mestrado Acadêmico, esta insigne missão da Universidade, no que atine à formação omnilateral do ser humano, levando em consideração a sua formação técnica, humanística e científica, em consonância com a disposição solidária e progressista, de redesenho epistemológico e de compleição ética decoloniais, do próprio projeto de interiorização e integração internacional da Unilab.

A Unilab, por seu caráter internacional, tem firmado parcerias e assinado acordos com nações membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente com a África Lusófona. Se por um lado, a disposição do Mestrado se volta para a efetivação e a consolidação da cooperação internacional, por outro, essa mesma disposição se volta à minimização das dificuldades e desigualdades regionais, em especial da região do Maciço de Baturité, com a finalidade de mitigação dos efeitos sociais da pobreza, principalmente na formação, em nível de Pós Graduação, de professores dos municípios e do estado da federação atuantes na região, assim como na formação de quadros mais qualificados da administração pública, em projetos de professores, servidores, agentes públicos e estudantes pertencentes ao Mestrado ou em parceria com suas ações junto às comunidades, às escolas do Maciço, às secretarias de educação, de cultura e de ação social dos municípios da região e ainda de Fortaleza e sua região metropolitana.

Na trajetória do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e nos esforços em corresponder aos princípios de cooperação solidária, internacionalização e interiorização, tem-se como resultado o desenvolvimento e o fortalecimento contínuo

do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo a que venham a crescentemente contribuir para a divulgação de conhecimentos locais, de superação das desigualdades e de socialização de oportunidades de qualificação no Maciço do Baturité, no estado do Ceará.

Desde a primeira entrada em 2016, nossas seleções variam entre 90 e 130 inscritos/as para apenas 16 vagas (à exceção da seleção de 2019, em que abrimos 21 vagas para a seleção, entre ampla concorrência, políticas afirmativas e edital de quilombolas e indígenas). A partir de 2022, a oferta anual foi ampliada para 20 vagas. Contamos com 70 egressos (turmas de 2016-2020), entre eles 10 internacionais (07 de Guiné Bissau, 02 de Angola e 01 de Moçambique).

O perfil de egressos do MIH corresponde a jovens pesquisadores, docentes da educação básica, servidores técnicos, pesquisadores quilombolas, indígenas e africanos, alguns inclusive que estão cursando o doutorado em instituições como: Universidade do Porto (U.Porto), Faculdade de Belas Artes, no Programa de Educação Artística; Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Programa de Serviço Social; Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Programa de Ciências Sociais; Universidade de São Paulo (USP), no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política; Universidade Federal do Ceará (UFC), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em História; Universidade Federal do ABC (UFABC), no Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Suas trilhas acadêmicas promissoras foram construídas a partir das ferramentas teórico-metodológicas adquiridas no mestrado, possibilitando desenvolver e qualificar as suas trajetórias, pessoais, comunitárias e profissionais.

Atualmente, contamos com 39 estudantes ativos, sendo um pequeno quantitativo ainda da turma de 2019 que, por causa da pandemia do Covid-19, teve as defesas prorrogadas. Entre os 39 ativos, temos 3 indígenas e 7 internacionais. Microrregionalmente, a existência de uma pós-graduação *stricto sensu* nos moldes aqui apresentados busca sanar uma deficiência da microrregião cearense do Maciço de Baturité que, além de apresentar um índice de desenvolvimento econômico e humano baixo, possui baixíssima oferta de pós-graduação *stricto sensu*.

5. Cooperação e Intercâmbio

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) celebra acordos de cooperação (que envolvem e pressupõem o

intercâmbio de membros do corpo docente e do quadro técnico de nível superior, o intercâmbio de estudantes e a elaboração de atividades conjuntas de ensino/pesquisa e extensão), com as seguintes Instituições (nacionais e internacionais) de Ensino Superior.

PAÍS	PARTÍCIPE	SIGLA
BRASIL	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ - FACULDADE CEARENSE	CESC/FAC
BRASIL	EAS EDUCAÇÃO S.A.	ARÍ DE SÁ
BRASIL	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	FUNECE
BRASIL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	IFCE
BRASIL	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	UCSAL
BRASIL	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	UNESP
BRASIL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA
BRASIL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG
BRASIL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC
BRASIL	UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ	UPA
BRASIL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA
BRASIL	INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO	IFSP
BRASIL	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA	ESTÁCIO
BRASIL	YDUQS EDUCACIONAL LTDA	UNIFANOR
BRASIL	ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	FB UNI
BRASIL	EMPREENHIMENTO EDUCACIONAL MARACANAÚ LTDA	UNIFAMET RO
BRASIL	SOCIEDADE UNINORDESTE DE EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CAUCAIA S/S LTDA	FATENE
BRASIL	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	UNIASSELV I
BRASIL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB
BRASIL	INSTITUTO SUPERIOR TEOLÓGICO CRISTÃO	FMB
BRASIL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	IFBA
BRASIL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF
CABO VERDE	UNIVERSIDADE DE CABO VERDE	UNICV
CABO VERDE	UNIVERSIDADE DE SANTIAGO (CABO VERDE)	US
FRANÇA	INSTITUT NATIONAL DES SCIENSES APPLIQUEES	INSA- ROUEN
FRANÇA	ESIGELEC - SCHOOL OF ENGINEERING ROUEN FRANCE	ESIGELEC
GUINÉ-BISSAU	UNIVERSIDADE AMÍLCAR CABRAL	UAC
GUINÉ-BISSAU	UNIVERSIDADE COLINAS DE BOÉ	UCB
GUINÉ-	ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE	ENS

BISSAU		
MÉXICO	UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE YUCATÁN	UADY
GUINÉ-BISSAU	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO	ENA
NIGÉRIA	OBAFEMI AWOLowo UNIVERSITY	OAU-IFE
PORTUGAL	INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	IPB
PORTUGAL	UNIVERSIDADE DE BEIRA INTERIOR	UBI
PORTUGAL	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	UALG
PORTUGAL	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	ISCTE
PORTUGAL	ESCOLA DE SUPERIOR DE SAÚDE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	ESS/IPS
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	UNIVERSIDADE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	USTP

Fonte: PROINTER, 2021

6. Área de concentração do Curso: Estudos Interdisciplinares em Humanidades

A área de concentração contribuirá com uma formação epistemológica, comprometida com a pesquisa e/ou docência de natureza interdisciplinar e intercultural, em Humanidades. Tendo como propósito a internacionalização, interiorização e integração dos saberes, o mestrado estimulará a produção e difusão de conhecimentos no campo das Humanidades, especialmente no escopo dos temas elencados em suas linhas de pesquisa: Educação, Política e Linguagens e Trabalho, Desenvolvimento e Migrações. Com base nos saberes/conhecimentos gerados pelas investigações nas duas linhas, o programa contribuirá com uma reflexão crítica e criativa sobre (e para a minimização dos) efeitos decorrentes da crescente especialização e fragmentação do conhecimento científico e com o respeito à diversidade e sentido/significado de humanidade e mundo presentes nas múltiplas culturas.

7. Linhas de Pesquisa:

<p>Linha 01 - Educação, Política e Linguagens</p>	<p>Esta linha de pesquisa objetiva desenvolver investigações no campo da educação, da política e das linguagens, considerando os processos subjetivos e sociais que possibilitam o reconhecimento indenítário de diferentes grupos</p>
---	--

	<p>no que diz respeito a aspectos como diversidade, singularidade e afirmação de processos histórico-culturais. Fundamentada numa abordagem tica, crítica e interdisciplinar, a linha de pesquisa valoriza o compartilhamento de teorias, métodos e conhecimentos da Filosofia, Letras, Pedagogia, Sociologia, Antropologia e História. Em consequência disso, a linha privilegia os seguintes temas de pesquisa: formação e trabalho docente, ensino de línguas e de ciências humanas, argumentação e modalidades, hábitos e construo de identidade pessoal e coletiva, gesto e política educacional, educação e relações étnico- raciais, ensino básico e superior e cooperação internacional, desenvolvimento urbano e regional, corpo, subjetividade e micropolítica, crítica da economia política, arte, estética, literatura e interculturalidade.</p>
<p>Linha de Pesquisa 2 - Trabalho, Desenvolvimento e Migração</p>	<p>Esta linha de pesquisa tem por objetivo investigar os processos históricos e sociais das comunidades, grupos e populares em contextos interculturais, especialmente o contexto dos países africanos e do Brasil, privilegiando os seguintes temas: colonialismo e pós-colonialismo; Estado, desenvolvimento e políticas públicas; migração, nacionalidades; democracia; diáspora e diversidade cultural; ritos, simbolismos, integração e identidades; história e luta de classes; trabalho e educação; corpo, saúde e doenças; memória e resistência indígena. Os conhecimentos produzidos, nessa linha, assentam-se no exercício de uma práxis interdisciplinar, contando com as análises da Antropologia, História, Educação, Filosofia, Sociologia, Letras e áreas afins.</p>

8. Caracterização do Curso

Nome: Mestrado Interdisciplinar em Humanidades

Periodicidade de seleção discente: anual

Créditos Disciplinas: 24 créditos

Créditos Tese/Dissertação: 10 créditos

Vagas ofertadas: 20 anuais

Equivalência horas aula/ crédito: 15 horas/aula equivalem a 01 crédito

Objetivo do curso/perfil do egresso a ser formado:

O processo de formação do curso tem como premissa os seguintes pilares:

- * Formação de recursos humanos com capacidade crítica e reflexiva, aptos a buscar e difundir um conhecimento integral e humanístico dos fenômenos sócio-político-culturais e históricos;

- * a superação de conflitos em torno de diferenças epistemológicas, metodológicas e culturais;

- * a promoção do desenvolvimento local e o empoderamento de grupos social e economicamente vulneráveis, como consequência da cooperação internacional solidária entre o Brasil e outros estado-nações que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Objetivo Geral:

- * Promover a capacitação do mestrando na pesquisa/docência em Humanidades à luz de uma perspectiva interdisciplinar e solidária, capaz de contribuir para a amenização dos efeitos decorrentes da crescente especialização/fragmentação do conhecimento, e envolvendo as seguintes áreas: Filosofia, Letras, Linguística, Pedagogia, Sociologia, Antropologia e História.

Objetivos específicos:

*Atender às carências internacionais, no contexto da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), e regionais de formação profissional para pesquisa/docência com perfil interdisciplinar.

*Abordar, interdisciplinarmente, os temas ensino de línguas e de ciências humanas, argumentação e modalidades, gestão escolar, política educacional, desenvolvimento urbano e regional, educação básica, educação para as relações étnico-raciais, ensino superior e cooperação internacional, formação e trabalho docente, identidade pessoal e coletiva, corpo, subjetividade e micropoder, arte, estética, literatura e interculturalidade, temas delineados na linha 01 de pesquisa deste projeto.

*Abordar, interdisciplinarmente, os temas colonialismo e pós-colonialismo, estado, desenvolvimento e políticas públicas, comunidades e desenvolvimento regional, migração, nacionalidades e cooperação internacional, trabalho, educação, democracia, saúde/adoecimento e diversidade cultural, temas delineados na linha 02 de pesquisa deste projeto.

*Realizar estudos a partir da interação entre pesquisadores docentes e discentes oriundos dos países da CPLP, a fim de viabilizar métodos, medidas e materiais que venham ao encontro das principais necessidades de pesquisa/docência em Humanidades, fortalecendo, assim, a cooperação Sul-Sul, pedra angular do propósito institucional da UNILAB.

Esperamos que o profissional egresso do Mestrado em Humanidades da UNILAB esteja apto a atuar na docência, na gestão escolar, na pesquisa, na elaboração de políticas públicas, na administração pública e privada, intervindo, diretamente, nos problemas presentes na microrregião do Maciço de Baturité, na região Nordeste do Brasil e nas múltiplas realidades constitutivas dos países parceiros, em especial os países africanos. Esse curso tem por principal objetivo, assim, a formação de profissionais aptos a sugerir novas alternativas a problemas sociais, tanto os antigos quanto os configurados na contemporaneidade, haja vista a perspectiva formativa que viabiliza a interlocução entre saberes, o que lega à sociedade um profissional preparado para lidar com a configuração mundial atual, caracterizada pela dissolução de fronteiras, pela exigência de um novo olhar, mais humanístico e preparado para lidar com a diversidade e seus novos paradigmas.

9. Seleção de estudantes

O processo seletivo de estudantes ocorre uma vez por ano, com ingresso no primeiro semestre, a seleção anual é regulada através de Editais aprovados previamente pelo Colegiado do Curso, Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE). A seleção poderá contar com as seguintes etapas: análise de projeto de pesquisa, prova escrita, entrevista e análise de currículo.

Para distribuição das 20 vagas para discentes, além do Regimento Interno do Mestrado e do Regimento Geral da Pós-graduação da Unilab, seguimos os critérios determinados pela Resolução CONSUNI nº 40/2021, de 20 de agosto de 2021, que estabeleceu as ações de políticas afirmativas nos cursos de graduação e pós-graduação da Unilab:

**Tabela: Distribuição das vagas
(conforme a Resolução CONSUNI nº40/2021)**

20 vagas anuais	
Quantidade	Candidatos
70% Ampla concorrência	Graduados brasileiros, graduados egressos dos PALOP e Timor-Leste e Técnicos Administrativos em Educação da Unilab
20% Ações afirmativas	Negros, povos indígenas e pessoas com deficiência (PCD)
10% Ações Afirmativas	Quilombolas, Comunidades Tradicionais, Trans, Refugiados, Ciganos, Egressos do sistema prisional.

A distribuição específica de vagas e a definição dos seguimentos de ações afirmativas contemplados em cada processo seletivo serão estabelecidas anualmente pelo Colegiado do Curso e comunicada à PROPPG e ao CONSEPE para as providencias institucionais necessárias.

10. Disciplinas

CMIH0001 - SEMINÁRIO DE PESQUISA - 60h	Obrigatória
CMIH0010 - ESTÁGIO DOCENTE I - 60h	Obrigatória
CMIH0011 - ESTÁGIO DOCENTE II - 60h	Obrigatória
CMIH0017 - METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60h	Obrigatória
CMIH0033 - DISSERTAÇÃO - 150h	Obrigatória
CMIH0034 - EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA - 0h	Obrigatória
CMIH0035 - EXAME DE QUALIFICAÇÃO - 0h	Obrigatória
CMIH0002 - INTERCULTURALIDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - 60h	Optativa
CMIH0003 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HUMANIDADES: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA - 60h	Optativa

CMIH0004 - TÓPICOS ESPECIAIS EM FILOSOFIA DA LÓGICA E DA LINGUAGEM - 60h	Optativa
CMIH0005 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO - 60h	Optativa
CMIH0006 - LÓGICA E NOVA-RETÓRICA NO ENSINO/ESTUDO DE LÍNGUA PORTUGUESA - 60h	Optativa
CMIH0007 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HUMANIDADES: LITERATURA E POLÍTICA - 60h	Optativa
CMIH0008 - PRINCÍPIOS E MÉTODOS PEDAGÓGICO LINGÜÍSTICOS NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS - 60h	Optativa
CMIH0009 - TÓPICOS ESPECIAIS EM COLONIZAÇÃO - 60h	Optativa
CMIH0012 - COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO NA ÁFRICA LUSÓFONA - 60h	Optativa
CMIH0013 - INTERCULTURALIDADE, POESIA E SUBJETIVIDADE - 60h	Optativa
CMIH0014 - INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO - 60h	Optativa
CMIH0015 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HUMANIDADES APLICADA AO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA - 60h	Optativa
CMIH0016 - LÍNGUA PORTUGUESA E IDENTIDADES - 60h	Optativa
CMIH0018 - EDUCAÇÃO, GÊNERO E ETNIA - 60h	Optativa
CMIH0019 - TÓPICOS ESPECIAIS EM ESTUDOS AFRICANOS II - 60h	Optativa
CMIH0020 - SOCIOLOGIA E DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA E AMÉRICA DO SUL - 60h	Optativa
CMIH0021 - SOCIOLOGIA E DESENVOLVIMENTO - 60h	Optativa
CMIH0022 - HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO E DA PRESENÇA INDÍGENA E NEGRA NO BRASIL - 60h	Optativa
CMIH0023 - TÓPICOS ESPECIAIS EM ANÁLISE DO DISCURSO TEXTUALMENTE ORIENTADA - 60h	Optativa
CMIH0024 - TÓPICOS ESPECIAIS EM ESTUDOS AFRICANOS I - 60h	Optativa
CMIH0025 - RESISTÊNCIAS AFRICANAS NO MUNDO: UM OLHAR CULTURAL PARA AS HISTORIOGRAFIAS AFRICANA E DA DIÁSPORA NEGRA - 60h	Optativa
CMIH0036 - ESTUDOS ORIENTADOS I - 15h	Optativa
CMIH0037 - ESTUDOS ORIENTADOS II - 15h	Optativa
CMIH0038 - TÓPICOS ESPECIAIS EM FILOSOFIA SOCIAL E POLÍTICA - 60h	Optativa

Ementa	Bibliografia
Seminário de Pesquisa	
Esta disciplina, oferecida sempre no transcurso do segundo semestre do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, tem como objetivo central a constituição de um espaço privilegiado para a reflexão, de caráter teórico e metodológico, acerca dos projetos de pesquisa, em desenvolvimento nas duas linhas do Mestrado, dos estudantes regularmente matriculados. A disciplina pressupõe, assim, a apresentação, por parte do estudante, do projeto de pesquisa e a participação conjunta, no debate e reflexão, do estudante, seu orientador, outros professores e outros estudantes.	<p>BÂ, Hampaté A. A tradição viva. In: História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ª ed. rev. - Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>CRUZ e SILVA, Teresa, COELHO, João Borges; SOUTO, Amélia Neves. Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas; (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar, CODESRIA, 2012. http://www.codesria.org/spip.php?article1611&lang=en</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Pesquisa Social. 04ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1995.</p> <p>GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.</p> <p>HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, mar. 2008: 149-160. Disponível em: <https://rccs.revues.org/699Acessado em: 02.2016</p> <p>KAJIBANGA, Víctor. Epistemologia dos Estudos Africanos. Saberes endógenos, ciências sociais e</p>

	<p>desafios dos países africanos. Revista Angolana de Sociologia (2008).</p> <p>KI-ZERBO, Joseph (coord.). Introdução Geral. In: História geral da África 1: metodologia e pré-história da África., Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>MACAMO, Elísio. (2002), A constituição de uma sociologia das sociedades africanas. Estudos Moçambicanos, 19: 5-26. Também disponível em: http://www.casadasafricanas.org.br/site/img/upload/468250.pdf</p> <p>MBEMBE, A. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2017.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social. Petrópolis. Vozes, 2002.</p> <p>MUDIMBE, V. Y. The Invention of Africa Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge. Indianapolis: Indiana University Press, 1988. Cf. Texto em português: MUNDINBE, Y. V. A invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/271955067/MUDIMBE-V-Y-A-invencao-de-Africa-PDF. Acessado em: 10. 07. 2016.</p> <p>OWUSU, Maxwell K. "Rumo a uma crítica africana da etnografia africana: a utilidade do inútil". In: Helen Lauer, Kofi Anyidoho (orgs). O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas. Brasília: FUNAG, 2016.</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>VANSINA, J. "A tradição oral e sua metodologia". In: KI-ZERBO, Joseph (coord.). História geral da África. Vol. I: metodologia e pré-história da África. São Paulo/ Paris: Ática/UNESCO, 1982, p. 157- 179.</p> <p>YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Trad. Daniel Grassi 03ª edição. Porto Alegre: Editora Bookman, 2005.</p> <p>Complementar</p> <p>ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.</p> <p>BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Edições 70 Ltda: LISBOA/Portugal, 1977</p> <p>BRANDÃO, Carlos R. Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1985.</p> <p>GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editoram 1978.</p> <p>GIL, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios & procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.</p> <p>THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação / Michel Thiollent. - São Paulo : Cortez : Autores</p>
--	--

	Associados, 1986.
Tópicos Especiais em Humanidades: Crítica da economia política	
A disciplina aborda a forma social capitalista a partir da crítica da economia política. Investiga a compreensão das principais categorias que emergem da sociabilidade capitalista: trabalho, divisão do trabalho, troca, valor, mercadoria, salário, relações de produção, força de trabalho, mais-valia, alienação. A crítica da economia política se apropria das descobertas da economia política clássica, desenvolvendo e aprofundando as principais determinações da experiência social burguesa. Abordaremos as diferenças metodológicas da economia política e da crítica da economia política. Essa abordagem compreende a atual forma social alicerçada na luta de duas classes distintas e antagônicas.	<p>DEBORD, G. A Sociedade do Espetáculo. E-book digitalizado por Coletivo Periferia e e-books Brasil, 2003.</p> <p>ENGELS, F. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.</p> <p>GRAMSCI, A. Conceção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.</p> <p>HEGEL, G.W.F. Linhas fundamentais da filosofia do direito, Terceira Parte: Eticidade; Terceira Seção: O Estado. Tr. Marcos Lutz Müller. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.</p> <p>HOBSBAWM, E. J. A Era do Capital. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>LUXEMBURGO, R. Reforma Social ou Revolução? São Paulo: Global Editora, 1990.</p> <p>MANDEL, E. A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.</p> <p>MARX, K. Miséria de la Filosofia. Buenos Aires: Ed. Actualidade, 1927.</p> <p>MARX, K. Manuscritos Econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri, São Paulo: Boitempo: 2004.</p> <p>MARX, K; ENGELS, F. Sobre o Sindicalismo. Seleção de Textos de C. Bastien; Tradução do Francês de João Manuel. Pontos de Vista, São Paulo, 1968.</p> <p>MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão popular, 2008.</p> <p>MARX, K. Formações Econômicas, Pré-Capitalismo. 4ª edição: Paz e Terra, 1985.</p> <p>MARX, K; ENGELS, F. O Manifesto Comunista. 3ª edição, São Paulo: Global, 1988.</p> <p>MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. Popular, 2008.</p> <p>MARX, K. O Capital. Vol. 1, São Paulo, Nova Cultural, 1986.</p> <p>MARX, K.O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.</p> <p>MARX, K.O Capital. Vol. 3, São Paulo, Nova Cultural, 1996.</p> <p>PONCE, A. Educação e Luta de Classes. Tradução de José Severo de Camargo Pereira, 4 ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.</p> <p>SMITH, A. A Riqueza das Nações. In: Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1988</p>
Tópicos Especiais em Filosofia da Lógica e da Linguagem	
Essa componente curricular objetiva abordar, à luz de uma perspectiva interdisciplinar, tópicos contemporâneos em filosofia da lógica e da linguagem. Assim, em filosofia da lógica, analisaremos os conceitos de proposição, argumento, teorias da verdade, modalidades e mundos possíveis, condicionais contrafactuais e causalção. Já em filosofia da linguagem,	<p>FREGE, G. Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix/ Editora da USP, 1978.</p> <p>HAACK, S. Filosofia das lógicas. São Paulo: Editora UNESP, 1998.</p> <p>JACQUETTE, D. A Companion to Philosophical Logic. Blackwell Publishing, 2002</p> <p>MARCONDES, D. A Pragmática na filosofia contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.</p> <p>MARES, E. Relevant Logic: a philosophical interpretation. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.</p> <p>MATEUS, M.H.M (Org.) Uma política de língua para</p>

<p>incluímos, entre os tópicos a serem abordados, os seguintes: semântica, teoria dos atos de fala, CPLP e o papel da linguagem no âmbito da Lei de Criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB.</p>	<p>o português. Lisboa: Edições Colibri, 2002. MEDINA, J. Linguagem: conceitos chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2007. MENDES, E. (Org.). Diálogos interculturais: Ensino e formação em português língua estrangeira. Campinas (SP): Pontes, 2011. PEIRCE, C. S. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 1995. SEARLE, J. R. Os actos de fala. Trad. Carlos Vogt. Coimbra: Almedina, 1987. SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. WIITGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Pensadores). WITTGENSTEIN, L. Tractatus Lógico-philosophicus. São Paulo: EDUSP, 2001.</p>
Tópicos Especiais em História, Trabalho e Educação	
<p>A disciplina tem como objetivo analisar o processo histórico de humanização dos indivíduos mediante o princípio educativo do trabalho, categoria ontológica do ser social, ou seja, do trabalho como produtor dos meios de vida. Para tanto, tem por fio condutor a dialeticidade entre natureza, corpo e cultura, aspectos estes que emergem das relações sociais que os indivíduos estabelecem na produção material das suas existências. Principais conceitos inter-relacionados: história e luta de classes; trabalho e educação; processo saúde e doenças; memória e resistência indígena.</p>	<p>ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001. BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; WANDERLEY, Luiz Eduardo; CASTEL, Robert (orgs). Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 2013. BRAGA, Ruy. Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. Revista Brasileira de Sociologia, Vol 06, No. 12, Jan-Abr/2018. CHESNAIS, F. Mundialização do capital e o jogo da lei da população inerente ao capitalismo. In: SOUZA, A. et al. Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores. Fortaleza: Editora SENAC; Edições UFC, 2008. ENGELS, F. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008. ENGUITA, M. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. FRANCO, R. K. G. A Face pobre da AIDS. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2010. FRIGOTTO, G. Educação e a Crise do Capitalismo Real. 3ª edição, São Paulo SP: Cortez, 1999. GADOTTI, M. Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2003. GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. HOBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX. (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2001. LEFEBVRE, H. Marxismo. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009. LEONTIEV, A.N. O desenvolvimento do psiquismo. Trad. Manuel D. Duarte. Lisboa, 1972. LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. LOMBARDI, Jose Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANGELICE, José Luis (orgs). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005. LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). Marxismo e educação: debates contemporâneos. 1. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. LOMBARDI, J. C. Educação e Ensino na obra de Marx e Engels. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011. LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas da Atividade e</p>

do Pensamento do Homem. Revista Temas, São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978. LUKÁCS, G. Ontologia do Ser Social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. MARX, K. Miséria de la Filosofia. Buenos Aires: Ed. Actualidade, 1927.

MARX, K. 1985. A mercadoria. In: O Capital. São Paulo: Nova Cultural, v. 1, livro 1. p. 45-78.

MARX, K. Manuscritos Econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri, São Paulo: Boitempo: 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. Sobre o Sindicalismo. Seleção de Textos de C. Bastien; Tradução do Francês de João Manuel. Pontos de Vista, São Paulo, 1968.

MARX, K.; ENGELS, F. Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Centauro, 2004. p. 23-109.

MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa ômega, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. 3.ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto comunista. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2007.

MAUSS, M. As Técnicas corporais. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo, EPU, 1974.

MÉSZÁROS, I. A Educação para além do Capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

OHNO, T. O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala. Tradução Cristina Schumacher. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NIKITIN, P. Fundamentos de Economia Política. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1967.

PONCE, A. Educação e Luta de Classes. Tradução de José Severo de Camargo Pereira, 4 ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, p. 152- 165, 2007.

SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 2. Ed. Ver. E ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

SCHAFF, A. História e Verdade. 3. Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

QUEDNAU, Fernanda Sutoff. O conflito entre a maternidade e o trabalho da mulher pós-moderna. Monografia. Centro Universitário de Brasília: Faculdade de Ciências da Saúde, 2007.

RAMOS, Marise. Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

Lógica e nova-retórica no ensino/estudo de Língua Portuguesa

<p>O objetivo desta disciplina é analisar as relações entre Ensino/Estudo de Língua e exercício da cidadania. A disciplina procura, assim, discutir as práticas docentes vigentes quanto ao ideal do saber linguístico como competência para a cidadania: o ensino/estudo de língua tem contribuído para a formação de pessoas capazes de exibir os argumentos (premissas/conclusão e conexão lógica entre premissa/conclusão) que fundamentam, com criticidade, o discurso? Essa disciplina possui natureza interdisciplinar, na medida em que postula a efetividade de um trabalho ensino/pesquisa alicerçado em princípios da Linguística e da Filosofia da Lógica e da Linguagem. Enquanto a perspectiva Linguística respalda o trabalho didático com a organização linguística do texto discurso para fins de exposição de nossos pontos de vista acerca de como interpretamos o mundo, a perspectiva lógico-filosófica viabiliza a introspecção para a forma lógica das teses e argumentos defendidos, com vistas à discussão do por que rejeitamos o que rejeitamos, defendemos o que defendemos, aceitamos o que aceitamos. O trabalho a ser desenvolvido nesta disciplina visa ao desenvolvimento das habilidades de organização argumentativa e discursiva, além da habilidade de leitura reflexiva dos conteúdos discursivos que produzimos (ou reproduzimos) em nossos textos. Isso contribui para a capacitação de docentes e pesquisadores comprometidos com uma prática docente e investigativa não-dogmática, aberta a mudanças de discurso face à presença de bons argumentos e boas razões para reformulação das teses anteriormente assumidas e/ou defendidas.</p>	<p>ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Functional discourse grammar: a typologically based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008. MARES, E. D. Relevant logic: a philosophical interpretation. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. MENEZES, L. C. de. Modalização deôntica e retórica perelmaniana. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v.8, n.2, p.162-176, jul./dez. 2012. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental língua portuguesa. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. MOSCA, L. do L. S. A atualidade da retórica e seus estudos: encontros e desencontros. Retórica. Actas do I Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românicas, 2005. (http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/linei002.pdf). NEVES, M.H.M. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997. PEIRCE, C. S. Collected Papers : 8 vol. Org. HARTTSHORNE, C; WEISS, Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1958. PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. Tratado da argumentação: a nova retórica. Trad. de Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Trad. de <i>Traité de l'Argumentation. La Nouvelle Rhétorique</i>. Paris: PUF, 1958). PERELMAN, C. O Império Retórico: retórica e argumentação. Porto: Ed. ASA, 1993 (trad. de <i>L'Empire Rhétorique</i>, Paris: Ed. Vrin, 1977). PERELMAN, C. Retóricas. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (trad. de <i>Rhétoriques</i>. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles, 1989). REALE, G. História da filosofia grega e romana IV: Aristóteles. São Paulo: Edições Loyola, 2007. REBOUL, O. Introdução à retórica. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998. TOUMIN, S. E. Os usos da argumentação. Tradução Reinaldo Guarani. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p>
Estudos Orientados I	

<p>Realização de encontros periódicos entre orientador e orientando (s) para acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de mestrado, objetivando a criação de um espaço para debate e discussão das temáticas específicas dos projetos de pesquisa.</p>	
Estudos Orientados II	
<p>Realização de encontros periódicos entre orientador e orientando (s) para acompanhamento do desenvolvimento da dissertação, objetivando a criação de um espaço para debate e discussão dos resultados preliminares da pesquisa e acompanhamento da elaboração da dissertação.</p>	
Tópicos Especiais em Humanidades: literatura e política	
<p>A disciplina desenvolve as principais características dos gêneros poéticos: epopeia, drama e lírica. Trata-se de expor a especificidade de cada gênero em consonância com o conteúdo histórico que lhe confere sustentação. Esta abordagem unitária, de forma e conteúdo, pretende salientar que a emergência da sociedade civil burguesa, no plano político, determina as modalidades artísticas na época moderna: a subjetividade como fator determinante do fazer e da contemplação artísticos. Desse modo, pretende-se apresentar as diferenças e as convergências entre a arte clássica e o solo histórico grego que lhe fornece sustentação, além da arte moderna com seus Estados prosaicos.</p>	<p>HEGEL, F. Cursos de Estética, vol. I. Tr. Marco Aurélio Werle. 2ª edição São Paulo: EDUSP, 2001. HEGEL, F. Cursos de estética, vol. II. Tr. Marco Aurélio Werle. São Paulo: EDUSP, 2000. HEGEL, F. Cursos de estética, vol. III. Tr. Marco Aurélio Werle. São Paulo: EDUSP, 2002. HEGEL, F. Cursos de estética, vol. IV. Tr. Marco Aurélio Werle e Oliver Tolle. São Paulo: EDUSP, 2004. HEGEL, F. Lecciones sobre la filosofía de la historia Universal. Tr. José Gaos. 4ª edição. Madri: Alianza Editorial, 1989. HEGEL, F. Linhas fundamentais da filosofia do direito, Terceira Parte: Eiticidade; Terceira Seção: O Estado. Tr. Marcos Lutz Müller. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998. HEGEL, F. Linhas fundamentais da filosofia do direito, A Sociedade Civil. Tr. Marcos Lutz Müller. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000. LUKÁCS, G. A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução, Posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. HAUSER, A. História social da arte e da literatura. Tr Álvaro Cabral São Paulo: Martins Fontes, 1998. SCHILLER, J. C. F. A Educação estética do homem. Tr. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo, iluminuras, 1990.</p>

	<p>SCHILLER, J. C. F. Poesia ingênua e sentimental. Tr. Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1991. VIEIRA FILHO, A. Poesia e Prosa. Arte e filosofia na Estética de Hegel. Campinas: Pontes Editores, 2008. WINCKELMANN, J. Reflexões sobre a Arte Antiga. Tr. Herbert Caro e Leonardo Tochtrop. Porto alegre: Movimento, 1975. VERNANT, J. Entre mito e política. Tr. Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 2002. VIDAL-NAQUET, P. O mundo de Homero. Tr. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.</p>
Dissertação	
<p>Encontro sistemático do orientando com o orientador e/ou co-orientador, com o objetivo de definir atividades voltadas para a discussão, de natureza teórico, metodológica e técnica, acerca do desenvolvimento da pesquisa, com especial ênfase na elaboração do texto a ser apresentado na defesa de dissertação.</p>	<p>Indicada pelo orientador e/ou co-orientador, conforme a natureza e objeto da pesquisa desenvolvida pelo orientando.</p>
Princípios e métodos pedagógico linguísticos na alfabetização de crianças	
<p>O objetivo desta disciplina é fomentar a formação do professor-pesquisador sobre a alfabetização de crianças em Língua Portuguesa, a partir do referencial teórico interdisciplinar, que correlaciona princípios e métodos pedagógicos com princípios e métodos da Linguística. Privilegiaremos as perspectivas pedagógicas que têm como objetivo o cultivo das potencialidades individuais, o que pressupõe uma perspectiva de ensino que leva em conta o estágio de desenvolvimento da criança, seus conhecimentos, sua cultura e a inclusão da arte e corporalidade na transversalização do currículo escolar, inclusive da alfabetização. A perspectiva Linguística de letramento, por sua vez, compreende uma alfabetização sensível aos saberes do aprendiz, fundamentada em textos reais, em linguagem real, não em linguagem pré-fabricada para efeito de inculcar regras. Este diálogo interdisciplinar entre</p>	<p>FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre, Artemédica, 1985. LEMLE, M. Guia teórico do alfabetizador. 17ed. São Paulo: Ática, 2007. KATO, M. A.; MOREIRA, N.R.; TARALO, F. Estudos em alfabetização: retrospectivas nas áreas da psico e da sociolingüística. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997. MASSINI-CAGLIARI, G. O texto na alfabetização: coerência e coesão. São Paulo: Mercado de Letras, 2001. ROJO, R. Alfabetização e letramento: perspectivas lingüísticas. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1998. ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola, 2009. BERTALOT, L. Criança querida : dia a dia alfabetização. São Paulo: Editora Antroposófica, 1995. LANZ, R. A Pedagogia Waldorf: caminho para um ensino mais humano. São Paulo: Editora Antroposófica, 1990. SALLES, R. Aprendendo com poesia. São Paulo: Editora Antroposófica, 1990. LIEVEGOED, B. Fases da Vida: crises e desenvolvimento da individualidade.</p>

<p>diferentes princípios e métodos visa ao desenvolvimento das habilidades e competências do professor que pesquisa sua prática docente.</p>	<p>São Paulo: Editora Antroposófica, 1991. PAPALIA, D.E. O Mundo da Criança. São Paulo: McGraw-Hill, 1981. MUSSEN, P et all. Desenvolvimento e personalidade da criança. São Paulo: Harbra, 1995. ROMANELLI, R. A. Paulo Freire e Rudolf Steiner: quando os caminhos do conhecimento se encontram. In: GADOTTI, M. Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996. STEINER, R. A arte da educação II: Metodologia e didática no ensino Waldorf. São Paulo: Editora Antroposófica, 2003. STEINER, R. A arte de educar baseada na compreensão do ser humano. São Paulo: Federação das Escolas Waldorf no Brasil, 2005.</p>
<p>Tópicos Especiais em Colonização</p>	
<p>A disciplina objetiva compreender o processo histórico travado na transição do Capitalismo ao Feudalismo, que culminou na implantação do Antigo Sistema Colonial. Como referência, a disciplina investiga a colonização portuguesa e as consequências de tal colonização nos espaços ocupados por Portugal.</p>	<p>ALENCASTRO, L. F. O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII. São Paulo, Cia das Letras, 2000. ARRUDA, J.J.A. O Brasil no Comércio Colonial. Col. Ensaios - 64, São Paulo, Editora Ática, 1980. CANDIDO, A. Dialética da Malandragem In: O Discurso da Cidade. São Paulo, Duas Cidades, 1993. CANDIDO, A. Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa In: Vários Escritos: São Paulo, Duas Cidades, 1970. DOBB, M. A Evolução do Capitalismo. Trad., 3ª. Edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988. DUQUE, G. Revoluções Brasileiras. São Paulo. Editora UNESP, 1998. FAORO, R. Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre, Globo; São Paulo, EDUSP, 1975. MATTOSO, K.M.Q. Bahia Século XIX: Uma Província no Império. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1992. MELLO, J. M. C. O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. 8ª Edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982. PRADO JR, C. Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia). São Paulo, Brasiliense. Publifolha, 2000. PRADO JR, C. Evolução Política do Brasil e outros estudos. 9ª Ed., São Paulo, Brasiliense, 1975. PRADO JR, C. Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica. 4ª</p>

	<p>Ed., São Paulo, Brasiliense, 1966. NOVAIS, F.A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 6ª Edição, São Paulo: Ed. HUCITEC, 1995. NOVAIS, F.A. História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. NOVAIS, F.A. História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. NOVAIS, F.A. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, C.G. (Org.) Brasil em Perspectiva. 4ª Ed., São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973. NOVAIS, F.A. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial. 4ª Edição, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. NOVAIS, F.A. Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo, Cosacnaify, 2005. REIS, J.J. R. Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1987.</p>
Estágio Docente I	
<p>Participação em disciplinas dos cursos de graduação relacionados ao mestrado, por meio de elaboração do programa da disciplina, seleção de aulas teóricas e práticas, planejamento de atividades didáticas, realização e avaliação dessas atividades, sob a supervisão de professor.</p>	<p>BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A.M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 4ª ed. RJ. Petrópolis, Vozes, 1994. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 11ª ed., RJ, Paz e terra, 1980. MOREIRA, A.F.B. (orgs.) Conhecimento educacional e formação do professor. Campinas: Papirus, 1994. VEIGA, I.P.A. (Org.) Técnicas de ensino: por que não? 3ª ed. Campinas: Papirus, 1995. VIANNA, H.M. Testes em Educação. São Paulo: IBRADA, 1986. VIANNA, H.M. Introdução à Avaliação educacional. São Paulo: IBRADA, 1989. ZEICHNER, K.M. A formação reflexiva de professores. Lisboa: EDUCA, 1993.</p>
Estágio Docente II	
<p>Participação em disciplinas dos cursos de graduação relacionados ao mestrado, por meio de elaboração do programa da disciplina, seleção de aulas teóricas e práticas, planejamento de atividades didáticas, realização e avaliação dessas atividades, sob a supervisão de professor. Realização de atividade científica relacionada</p>	<p>BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A.M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 4ª ed. RJ. Petrópolis, Vozes, 1994. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 11ª ed., RJ, Paz e terra, 1980. MOREIRA, A.F.B. (orgs.) Conhecimento educacional e formação do professor. Campinas: Papirus, 1994. VEIGA, I.P.A. (Org.) Técnicas de ensino: por que não? 3ª ed. Campinas: Papirus, 1995. VIANNA, H.M. Testes em</p>

à pesquisa desenvolvida na pós-graduação.	Educação. São Paulo: IBRADA, 1986. VIANNA, H.M. Introdução à Avaliação educacional. São Paulo: IBRADA, 1989. ZEICHNER, K.M. A formação reflexiva de professores. Lisboa: EDUCA, 1993.
Colonialismo e Pós-colonialismo na África Lusófona	
<p>Objetivos da disciplina são o estudo e a análise contextualizados das sociedades e da história de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, desde a expansão marítima portuguesa até à atualidade. A disciplina aborda as semelhanças e diferenças destes países em termos interdisciplinares na perspectiva histórica, antropológica, linguística, política e económica. A disciplina visa proporcionar um conhecimento profundo e crítico acerca das diferentes sociedades africanas e as suas transformações relativamente ao período pré-colonial, tráfico de escravos, colonialismo moderno, nacionalismo africano e a luta de libertação, assim como a descolonização, os Estados pós-coloniais e o seu desenvolvimento socioeconómico e político no contexto regional e internacional.</p>	<p>ADAMS, Anne V. Pan-africanismo literário: o lugar da diáspora africana na educação e na consciência de intelectuais africanos. O resgate das ciências humanas e das humanidades através da perspectiva africana. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão; MRE. 2016. pp. 2257-2287.</p> <p>AKYEAMPON, Emmanuel. A voz africana em estudos africanos hoje.. in: O resgate das ciências humanas e das humanidades através da perspectiva africana. Vol.3 Brasília: Fundação Alexandre Gusmão; MRE. 2016 pp. 1679-1712.</p> <p>AMIN, Samir. Pobreza mundial, empobrecimento e o acúmulo de capital. Apêndice: O uso de conceitos falsos no discurso convencional sobre a África (será a África realmente marginalizada?). O resgate das ciências humanas e das humanidades através da perspectiva africana. Vol.2 Brasília: Fundação Alexandre Gusmão; MRE. 2016. pp.677-701</p> <p>BAYART, Jean François. El teatro del sombras de la etnicidad. In: BAYART. El estado en Africa e la política del ventre. Barcelona: Esproceda, 2000.</p> <p>FERRAZ, Eduardo Augusto Vieira. Crimes e acusações de feitiçaria: olhares sobre processos criminais coloniais em Moçambique (c.1923 – c.1933). In: THOMAZ, Fernanda (org. Afrikas: História, culturas e educação. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2019.</p> <p>FURTADO, Claudio. Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 797-814, set.-dez. 2016.</p> <p>GABARRA, Larissa O. África pos-1970: do terceiro Mundo às cooperações Sul-Sul. In: Boletim Tempo Presente. N.06 (2013).</p> <p>MUDIMBE, Valentin. 1. Discurso de Poder e o conhecimento da Alteridade. In: Mudimbe. A invenção de África: Gnose, Filosofia e Ordem do Conhecimento. Ed Pedago, 2012.</p> <p>PAREDES, Margarida. Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o Papel da Cultura na Política. Cadernos de Estudos Africanos, jan 1, 2011.</p> <p>SANSONE, Lívio; FURTADO, Claudio. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: Ed. UFBA, 2014.</p> <p>TRAJANO, Wilson. O projeto nacional de Guiné Bissau. Uma avaliação. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 797-814, set.-dez. 2016</p> <p>VALVERDE, Paulo. Carlos Magno e as artes da morte. Estudo sobre a Tchiloli na ilha de São Tomé e Príncipe. Etnografia, 2 (1998).</p> <p>Complementar HEIMER, Franz-Wilhelm Heimer; SILVA, Elisete</p>

	<p>Marques. Culturas Políticas em Angola e Moçambique. Cadernos e Estudos Africanos: Problemáticas Políticas em África, N 3 (2002).</p> <p>CABECINHAS, Rosa; NHAGA, Nesilita. Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais: Guiné-Bissau e Portugal. In: Khan, Sheila Khan; SOUSA, Vítor de; RIBEIRO, Rita. O mundo na Europa crises e identidade. Publicação online Centro de estudos de Comunicação e Sociedade (2020).</p> <p>NASCIMENTO, Augusto; BITTERCOURT, Marcelo. Quatro décadas de independência: da cartilha ideológica às contingências políticas e sociais nos PALOP. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 797-814, set.-dez. 2016.</p>
Interculturalidade, Poesia e Subjetividade	
<p>Este componente aborda, numa perspectiva intercultural, os processos de subjetivação na produção poética. Nela é realizada uma hermenêutica dos poemas de autores selecionados, visando compreender o modo como eles se constituem a si mesmos como sujeitos na medida em que produzem seus poemas. A partir dos textos, define-se qual a forma de existência quanto a sentidos ontológicos, valores éticos, posições políticas e perspectivas estéticas. Configura-se numa abordagem transdisciplinar, envolvendo estudos filosóficos, de teoria literária e das ciências sociais.</p>	<p>AMÂNCIO, Í.M.C.; GOMES, N.L.; JORGE, M.L.S. Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.</p> <p>APPIAH, K. A. Na Casa de Meu Pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.</p> <p>BHABHA, H. K. A questão do outro: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, H. B. Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.</p> <p>BOGUE, R. Deleuze and Guattari. Londres: Routledge, 1990.</p> <p>DELEUZE, G. Conversações, 1972-1990. São Paulo: Ed. 34, 1992.</p> <p>DELEUZE, G. Crítica e Clínica. São Paulo: Ed. 34, 1997.</p> <p>FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.</p> <p>FOUCAULT, M. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2004.</p> <p>FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.</p> <p>FOUCAULT, M. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.</p> <p>FOUCAULT, M. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.</p> <p>FOUCAULT, M. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2011.</p> <p>FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1989.</p> <p>GUATTARI, F. Caosmose. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.</p> <p>GUATTARI, F. Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.</p> <p>GUATTARI, F; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.</p> <p>HALL, S. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte:</p>

	<p>Ed. UFMG, 2006. KOFMAN, S. Nietzsche et la métaphore. Paris: Payot, 1972. MACHADO, R. Foucault, a filosofia e a literatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. MELLO, I. M. A emergência da singularidade na formação dos objetos nas práticas discursivas. In: GALEFFI, D. A. et al. (orgs.). Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectivas em ação. Salvador: EDUNEB, 2011. MELLO, I. M. A antropofagia oswaldiana como filosofia trágica. In: Cadernos Nietzsche nº 23. São Paulo: GEN, 2007. MONGA, C. Niilismo e negritude. São Paulo: Martins Fontes, 2010. MUDIMBE, V. I. The invention of Africa. Bloomington: Indiana University Press, 1988. NEHAMAS, A. Nietzsche: la vida como literatura. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. NIETZSCHE, F. Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. NIETZSCHE, F. Da retórica. Lisboa: Vega, 1999. NIETZSCHE, F. Ecce homo: Como alguém se torna o que é. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. NIETZSCHE, F. Introdução teórica sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: O livro do filósofo. São Paulo: Centauro, 2001. NIETZSCHE, F. O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. NIETZSCHE, F. Poesia completa. Madrid: Trotta, 2000.</p>
Interculturalidade e educação	
<p>Este componente curricular objetiva analisar os processos de instrução formal da educação básica, caracterizados pela interculturalidade, nos países lusófonos. Discute as relações entre linguagem, instrução e cultura em ambientes de educação intercultural. Investiga a interface interculturalidade/formação do leitor e do sujeito crítico. Promove a reflexão sobre as políticas de formação e o trabalho docente nos países lusófonos.</p>	<p>ADDALLAH-PRETCEILLE, M. La educación Intercultural. Barcelona: Idea Books, 2001. ARAÚJO, M. The color that dares not speak its name: schooling and the myth of Portuguese anti-racism. International Conference Equality and Social Inclusion in the 21st Century: Developing Alternatives. Belfast: 2006. Disponível em: http://scholar.google.com.br/scholar?lr=lang_en&q=interculturalidade+e+educa%C3%A7%C3%A3o&hl=en&as_sdt=0,5 &as_vis=1. Acesso em 15 abr. 2014. CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e</p>

	<p>diferença. Revista Brasileira de Educação. V. 13, n. 37, p. 45-56, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf. Acesso em 15 abr. 2014. CAVALCANTE, M.M. Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: UFC, 2011. CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S.M.C. (orgs.). Referenciação: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013. HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. KOCH, I.G.V. Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004. KOCH, I.G.V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (orgs.). Introdução à Linguística. V. 3. São Paulo: Cortez, 2005, p. 251-300.</p>
Tópicos Especiais em Humanidades aplicada ao processo saúde-doença	
<p>Ao problematizarmos, sob o ponto de vista Interdisciplinar em Humanidades, o processo saúde-doença, mergulhamos nas peculiaridades dos processos históricos e sociais de sujeitos em contextos interculturais, seus sistemas de Educação em Saúde (formal e/ou informal), características econômicas determinantes na vulnerabilidade/risco às doenças, técnicas corporais sobre métodos de prevenção, disseminação e/ou tratamento, configuração de hábitos sexuais, religiosidades etc. Trata-se, portanto, de abordar a história da saúde e das doenças como fenômenos biossociais e, por essa razão, central na configuração de cada cultura.</p>	<p>BOLTANSKI, L. As Classes Sociais e o Corpo. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. CANGUILHEM, G. Escritos sobre a medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. CHALHOUB, S. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. DUARTE, L. F. D. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. Ciência & Saúde Coletiva, 8(1): 173-183, 2003. ELIAS, N. A solidão dos moribundos. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001. FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Tradução de [Roberto Machado]. Rio de Janeiro: Graal, 1979. FOUCAULT, M. Os Anormais: Curso no Collège de France (1974 1975): tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. FRANCO, R. K. G. A Face pobre da AIDS. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2010. HERZLICH, C. Saúde e doença no início do século XXI: entre a experiência privada e a esfera pública. Physis. Revista de Saúde Coletiva, Vol.14, nº 2, 2004. HOCHMAN, G; ARMUS, D. Cuidar, controlar e curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2004. LE GOFF, J. As Doenças têm</p>

História. Lisboa. Terramar, 1991. MARTINS, A. Biopolítica: O poder médico e a autonomia do paciente em uma nova concepção de saúde. In: Interface: Comunicação, Saúde, Educação. V.8, n.14, p.21-32, set.2003-fev, 2004. NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, D. M (Orgs.). Uma história brasileira das doenças. 01. Ed. Brasília: Paralelo 15, 2004. NASCIMENTO, D.R.; CARVALHO, D. M.; MARQUES, R. C. (Orgs.). Uma história brasileira das doenças. v.2. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. NASCIMENTO, D. R.; FRANCO, S. P.; MACIEL, E. L. N. (Orgs.). Uma história brasileira das doenças Vol.4. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. v. 4. NASCIMENTO, D. R. As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil uma história comparada. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005. PELBART, P. P. Vida capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003. POLLAK, M. Os homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990. REVEL, J; PETER, J. O Corpo: o homem doente e sua história. IN: LE GOFF, J.; NORA, P. Novos Objetos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1995. SONTAG, S. A doença como metáfora. Trad. Márcio Ramalho, Rio de Janeiro, Graal, 1984. ABATH, G. M. Nietzsche e a Medicina. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998. CARRARA, S. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre guerras. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. Cuidar, controlar e curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2004, pp.427-454. FRANCO, R. K. G. O Corpo com HIV/AIDS entre Lembranças & Esquecimentos. In: IX Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos e Conhecimentos. São Leopoldo: Oikos, 2008. FRANCO, R. K. G. Politização do viver com HIV/AIDS no Nordeste Brasileiro. In: XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza/CE. História e Ética. Fortaleza: Editora, 2009. PARKER, R. (Org.) et al. AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA: Relume-Dumara: IMS/UERJ, 1994. TRONCA, I. As máscaras

	do medo: lepra e aids. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2000. VIEIRA, M. C. A. O Desafio da Grande Saúde em Nietzsche. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2000.
Língua Portuguesa e Identidades	
<p>Preceitos da Sociologia das Identidades. Preceitos da Antropologia Linguística. Preceitos da Sociolinguística Interacional. Preceitos da Sociolinguística Variacionista. Norma vernacular. Norma culta. Norma padrão. Língua e poder. Preconceito Linguístico. Educação protagonista da diversidade.</p>	<p>BAGNO, M. A norma oculta. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. BAGNO, M. (Org.). Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2002. BAGNO, M. Norma linguística. São Paulo: Loyola, 2001. BASTOS, N. B. (Org.). Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários. São Paulo: EDUC/I-PUC-SP, 2012. BRITO, R. H. P. Moçambique e Timor-Leste: onde se fala o português. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1005. Acessado em 26 março de 2014. CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva: o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (Org.) O trabalho da tradução. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326. 2009. Acessado em 26 março de 2014. COSERIU, E; FONSECA, C. A.; FERREIRA, M. Sociedade, Cultura, Língua: ensaios de sócio e etnolinguística. Rio de Janeiro: Presença, 1979. DURANTI, A. Linguistic Anthropology. Oxford: Blackwell, 2001. GRILLO, S. V. C. Confrontos e confluências entre a sociologia da linguagem de Bourdieu e teorias linguísticas. Horizontes. Bragança Paulista: USF, v.20, p.49-58, 2003. LOPES, A. J. O Português como língua segunda em África: problemáticas de planificação e política linguística. In: Mateus, M.H. (org.). Uma Política de Língua para o Português. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p-15-35. MALOMALO, B. Saberes negros modernos a serviço de uma educação protagonista da diversidade. In: SILAVA, G. G.; MALOMALO, B. (orgs.). Às margens do atlântico sul: reflexões negras. São Paulo: Factash, 2010, v. 1, p. 85-100. RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P.M. (orgs.). Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso. Porto Alegre: AGE, 1998.</p>
Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades	

<p>Fundamentos epistemológicos da interdisciplinaridade. História da disciplinaridade. A Complexidade e multi, inter e transdisciplinaridade. A transversalidade na produção de conhecimento. Críticas às concepções ahistóricas da interdisciplinaridade. Documentos da Área Interdisciplinar da CAPES. Interdisciplinaridade em relação à multidisciplinaridade e à transdisciplinaridade.</p>	<p>BARROS, M. A. Interdisciplinaridade, eticidade e educação. In: ANAIS do Simpósio Interdisciplinaridade em questão da UEPB. Campina Grande: UEPB, 1998.</p> <p>BITTENCOURT, C.M.F. Procedimentos Metodológicos em Práticas Interdisciplinares. In: Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>BURITY, J.A. Interdisciplinaridade, discurso e diálogo científico. In: ANAIS do Simpósio Interdisciplinaridade em questão da UEPB. Campina Grande: UEPB, 1998.</p> <p>CAPES/DAV. Documento de área 2009. Área Interdisciplinar. Brasília: MEC, 2009.</p> <p>CASANOVA, P.G. As Novas ciências e as Humanidades: da academia à política. Boitempo Editorial, 2006.</p> <p>DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo : Atlas, 2010.</p> <p>ETGES, N. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, A. P; BIANCHETTI, L (orgs.).</p> <p>FAZENDA, I.C.A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.</p> <p>FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 02-24, 2020.</p> <p>FOLLARI, R. Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade. In: JANTSCH, A. P; BIANCHETTI, L (orgs.). Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>FOLLARI, R. Interdisciplinaridade e dialética: sobre um mal-entendido. In: JANTSCH, A. P; BIANCHETTI, L (orgs.). Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. P; BIANCHETTI, L (orgs.). Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>GALEFFI, D. A epistemologia do educar na perspectiva da interdisciplinaridade. In: Filosofar e educar. Salvador: Quarteto, 2003.</p> <p>GALEFFI, D. O rigor nas pesquisas qualitativas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: MACEDO, R. S. Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: EDUFBA, 2009.</p> <p>GUSDORF, G. Para uma pesquisa interdisciplinar. In: Diógenes, n. 7. Brasília: Editora da UnB, 1984. Páginas 25-44.</p> <p>Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>JANTSCH, A. P; BIANCHETTI, L. Imanência, história e interdisciplinaridade. In: JANTSCH, A. P; BIANCHETTI, L. (orgs.). Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>JANTSCH, A. P; BIANCHETTI, L. Universidade e interdisciplinaridade. In: JANTSCH, A. P; BIANCHETTI, L (orgs.). Interdisciplinaridade para</p>
--	---

	<p>além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>JAPIASSÚ, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.</p> <p>LAKATOS. Metodologia do Trabalho Científico. 2ª Ed. São Paulo, Atlas, 1986.</p> <p>KI-ZERBO, Joseph. et al. Metodologia e pré-história da África. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: História geral da África, I. Brasília : UNESCO, 2010. Cap. 15.p.387-399.</p> <p>MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 75-97, Janeiro/Abril 2016.</p> <p>MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Traduzido por: Norte, Ângela Lopes. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.</p> <p>MORIN, E. A antiga e a nova transdisciplinaridade. In: Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.</p> <p>MORIN, E. Inter-poli-transdisciplinaridade. In: A cabeça bem-feita. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 127-141.</p> <p>PASCUTTI, P. G. Perspectivas na pesquisa e na formação de recursos humanos na área interdisciplinar. Brasília: MEC, 2012.</p> <p>SANTOS, Boaventura de.SOUSA; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Editora Cortez. 2010.</p> <p>SEVERINO, A.J. Interdisciplinaridade, transdisciplinar e complexidade: implicações epistemológicas para a teoria e a prática da educação. In: ALMEIDA, C.; PETRAGLIA, I. (Orgs.). Estudos de complexidade. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2010.</p>
Tópicos Especiais em Filosofia Social e Política	
<p>Análise dos fundamentos da Política: as relações de poder. As reflexões filosóficas sobre o poder na Antiguidade, na Modernidade e na contemporaneidade. As relações entre o poder e a formação institucional, disciplinar e subjetiva dos corpos.</p>	<p>CHATELET, François (Org.). História das idéias políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.</p> <p>DELEUZE, Gilles. Diálogos. Tradução de José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D'Água Editora, 2004.</p> <p>_____. Conversações, 1972-1990. Tradução de Peter PálPelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.</p> <p>DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Kafka, por uma literatura menor. Tradução de Cintia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.</p> <p>FANON, F. Pele negra Máscaras brancas. Edufba: Salvador, 2008.</p> <p>FOUCAULT, Michel. [1970] A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001a.</p> <p>_____. [1975] Vigiar e punir. História da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>_____. [1976] Em defesa da sociedade. Cursos do Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.</p> <p>_____. [1984] Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986.</p> <p>_____. Estratégia, poder-saber. Tradução de Vera</p>

Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Coleção Ditos & Escritos, v. 4).

_____. Ética, sexualidade, política. Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos & Escritos, v. 5).

_____. Repensar a política. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos & Escritos, v.6).

_____. Resumo dos cursos do Collège de France 1970-1982. Tradução Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GUATTARI, Felix. As três ecologias. 11ª ed. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2001.

_____. Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. 3ª ed. Tradução de Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Micropolítica – cartografias do desejo. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

LUGONES, M. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. Edicionesdelsiglo: Buenos Aires, 2008.

MIGNOLO, W. Género y descolonialidad. El desprendimiento. Edicionesdelsiglo: Buenos Aires, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Tradução de F. de Sousa Fernandes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

ADORNO, Francesco Paolo. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, Frédéric. Foucault: a coragem da verdade. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004. p. 39-62.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. A comunidade que vem. Tradução de João Selvino Assmann. 2005 (no prelo).

_____. A potência do pensamento. Tradução de João Selvino Assmann. 2006 (no prelo).

_____. Estâncias. A palavra e o fantasma na cultura ocidental. Tradução de Selvino José Assmann. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. Infância e história. Destrução da experiência e origem da história. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ALBANO, Sergio. Michel Foucault. Glosario de aplicaciones. Buenos Aires: Quadrata, 2005.

ARENDDT, Hannah. Homens em tempos sombrios. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARCELONA, Pietro. O egoísmo maduro e a insensatez do capital. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Cone, 2001.

	<p>_____. L'individuo e lacomunità. Roma: Lavoro, 2001.</p> <p>_____. Postmodernidad y comunidad. El regreso de lavinculación social. Tradução para o espanhol de Héctor Claudio Silveira Gorski. Madrid: Trotta, 1999.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Medo líquido. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.</p> <p>_____. Vida para o consumo. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p> <p>CHAUÍ, M. A Universidade operacional. Disponível em: http://caf.fflch.usp.br/sites/caf.fflch.usp.br/files/arquivos/A_Universidade_Operacional.pdf. Acesso em 15 de fev. 2017.</p> <p>CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf. Acesso em 15 de fev. 2017.</p> <p>DELEUZE, Gilles. A ilha desertae outros textos. Edição preparada por David Lapoujade. São Paulo: Iluminuras, 2006.</p> <p>_____. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995-2008. 5 v.</p> <p>_____. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976.</p> <p>FOUCAULT, Michel. [1961] História da loucura na idade clássica. Tradução de José Teixeira de Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1999a.</p> <p>_____. [1966] As palavras e as coisas. Tradução de Salma TannusMuchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>_____. [1969] Arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta das Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.</p> <p>_____. [1976] História da sexualidade I: a vontade de saber. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.</p> <p>_____. [1978] Os anormais. Cursos do Collège de France. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.</p> <p>_____. [1982] A hermenêutica do sujeito. Cursos do Collège de France. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma TannusMuchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.</p> <p>_____. [1984] História da sexualidade – II: O uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006b.</p> <p>_____. [1984] História da sexualidade – III: O cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2005.</p> <p>_____. O que é um autor. Portugal: Vega/Passagens, 1992.</p> <p>_____. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. 2ª ed. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010. (Coleção Ditos & Escritos, v. 1).</p> <p>_____.Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Coleção Ditos & Escritos, v. 2).</p> <p>_____. Estética: literatura e pintura, música e</p>
--	---

	<p>cinema. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Coleção Ditos & Escritos, v. 3).</p> <p>MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.</p> <p>_____. Eros e civilização - Uma interpretação filosófica de Freud. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.</p> <p>_____. Tecnologia, guerra e fascismo. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Editora Unesp, 1998.</p> <p>MARX, K & ENGELS F. O manifesto do Partido Comunista. Tradução de Artur Mourão. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>PLATÃO. A Política. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1990.</p> <p>MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Cultrix, 2000.</p> <p>HOBBS, Thomas. O Leviatã. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1985.</p> <p>LOCKE, John. Segundo tratado do governo Civil. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Abril, 1984.</p>
Educação, gênero e etnia	
<p>Educação, relações de gênero e diversidade étnica. Preconceito na educação básica. A educação de meninos e meninas. Educação e cultura. Gênero e etnia na formação e no trabalho docente. Gênero e etnia nas políticas educacionais. Políticas afirmativas, reparadoras e de reconhecimento e valorização da diversidade étnica.</p>	<p>BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2015.</p> <p>CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo, Selo Negro Edições, Coleção Consciência Negra em Debate, 2011.</p> <p>CASTETBON, Philippe. Condenados no meu país, minha sexualidade é um crime. Espaço Cultural dos Correios de Fortaleza: Fortaleza, 2015.</p> <p>CASTRO, Silvia Elaine Santos de. Marcadores sociais da diferença: sobre as especificidades da mulher negra no Brasil. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da UEL. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT%204/Silvia%20Elaine%20Santos%20de%20Castro.pdf. Acesso em 20/09/2015.</p> <p>DAVIS, Ângela. Mulher, Raça e Classe. Tradução Livre, Plataforma Gueto, 2013.</p> <p>FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.</p> <p>GOMES, Nilma Lino. Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra. 2002. Disponível em: http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:V_dW_Yw23SB0J:www.rizoma.ufsc.br/pdfs/</p> <p>HOAD, Neville. African intimacies: race, homosexuality and globalization. University of Minnesota Press: Minneapolis, 2007.</p> <p>HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. Revista Gazeta de Cuba – União de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia</p>

	<p>Maria dos Santos. Retirado do blog coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-ou-nossocabelo.html</p> <p>MOTT, Luiz. Raízes Históricas da Homossexualidade no Atlântico Negro Lusófono. Afro-Ásia, 33, 2005, p. 09-33.</p> <p>MURRAY, Stephen & ROSCOE, Will. Boys-wives and Female-husbands: studies in african homosexualities. Palgrave, 1998.</p> <p>PEREIRA, Amauri Mendes. Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro. Rio de Janeiro, Nandyala, 2008.</p> <p>SUÁREZ, Mireya. Desconstrução das Categorias “Mulher” e “Negro”. Brasília, Série Antropologia, nº 133, 1992. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie133empdf.pdf</p> <p>BUTLHER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.</p> <p>CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de Gênero. Disponível em: http://www.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-</p> <p>Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. 160 p.</p> <p>GONZALEZ, Lélia. Feminismo Negro in: Extratos de Mulher Negra, 1984 Extratos Entrevista Jornal do MNU, nº 19, maio/junho/julho 199. Disponível em: www.leliagonzalez.org.br</p> <p>LANGA, Ercílio Neves Brandão. DIÁSPORA AFRICANA NO CEARÁ: representações sobre as festas e as interações afetivo-sexuais de estudantes africano (a) s em Fortaleza. Revista Lusófona de Estudos Culturais, v. 2, n. 1, p. 102-122, 2014.</p> <p>PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Revista Sociedade e Cultura, v11, n2, jul/dez, 2008, p.263 a 274.</p> <p>RATTS, Alex. Eu Sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, IMMESP, 2007.</p> <p>SANTOS, Gislene Aparecida dos. Mulher Negra, Homem Branco. São Paulo, Pallas, 2004.</p> <p>SCOTT, J. A. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990.</p> <p>WERNECK, Jurema (org.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Jurema</p> <p>WERNECK, Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002.</p>
--	--

Tópicos especiais em estudos africanos II	
<p>Novos Estudos Africanos. Consolidação das Ciências naturais e sociais em África pós-colonial, de 1980 até hoje. O intelectual africano perante a crise social. Diálogo crítico entre intelectuais africanos do período das independências e da pós-independência. Questões sociais da agenda intelectual da África contemporânea: guerra, democracia, identidade, estado-nação, identidade nacional, globalização, desenvolvimento, educação, meio ambiente, cooperação regional e internacional.</p>	<p>APPIAH, K. A. Na Casa de Meu Pai. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.</p> <p>COMAROFF, Jean e John L. NATURALIZANDO A NAÇÃO:ESTRANGEIROS, APOCALIPSE E O ESTADO PÓS-COLONIAL. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 - 198, junho de 1998 e em Sérgio F. Ferretti Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 57-106 julho de 2001.</p> <p>CARDOSO, C. Os desafios da pesquisa em Ciências sociais e o papel das organizações acadêmicas regionais em África. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/Conf_CarlosCardoso.pdf</p> <p>COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. American Historical Review, n. 99, 1994, p. 1516-45.</p> <p>CRUZ e SILVA, T.; COELHO, J. B.; SOUTO, A. N. Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas; (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar, CODESRIA, 2012. http://www.codesria.org/spip.php?article1611&lang=en</p> <p>HOUNTONDJI, P. J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008: 149-160. file:///C:/Users/Basilele/Downloads/RCCS80-007-Hountondji-149-160%20(4).pdf</p> <p>LOPES, C. A Pirâmide Invertida: historiografia africana feita por africanos. In: Actas do Colóquio Construção e Ensino da história da África. Lisboa, Linopazes, 1995.</p> <p>M'BOKOLO, Elikia; CALLENNEC, Sophie Le; BAH, Thierno (Colab.). África Negra: história e civilizações: Tomo II (Do século XIX até nossos dias). São Paulo: 2015.</p> <p>MAHAJAN, V. O despertar da África: como 900 milhões de consumidores africanos têm mais para dar do que se julga. Coimbra: Atual, 2013.</p> <p>MBEMBE, A. As formas Africanas de Auto-Inscrição. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, n. 1, 2001, pp. 179-209.</p> <p>MONGA, C. Nihilismo e negritude. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>RANGER, Terence. Iniciativas e resistências africanas em face da Partilha e da conquista. In: BOHEN, Albert Adu (ed). HGA Vol. VII.: África sob o domínio colonial. Brasília: UnB/UNESCO, 2010. pp.51-72.</p> <p>RODNEY, Walter. A Europa sub-desenvolveu a África. Lisboa: Serra Nova, 1975.</p> <p>SOUSA, J. S. Guiné-Bissau: a destruição de um País Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional. Coimbra: Patone4, 2012.</p> <p>ZAMPARONI, Valdemir. As "Escravas Perpétuas" & o "Ensino Prático": Raça, Gênero e Educação no Moçambique Colonial, 1910-1930. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, 2002, pp. 459-482.</p>
Sociologia e desenvolvimento na África e América do Sul	

<p>Estudo comparativo do desenvolvimento e subdesenvolvimento em África e na América do Sul. Teorias da dependência e desenvolvimento humano. Políticas estabilidade e ajustamento estrutural. Políticas públicas de desenvolvimento. Questões atuais do desenvolvimento na África e no Brasil.</p>	<p>ARBIX, G. et al. (Org.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Unesp/Edusp, 2001.</p> <p>BRESSER-PEREIRA, L. C. O Conceito histórico do Desenvolvimento Econômico. Disponível em www.bresserpereira.org.br</p> <p>CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América latina. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara S.A, 1970.</p> <p>NAÇÕES UNIDAS CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL; Comissão Económica Para África Gerir O Desenvolvimento Em África: O Papel Do Estado Na Transformação Económica - Documento De Síntese. Adis Abeba: União Africa, 2011. Disponível em: http://www.uneca.org/sites/default/files/page_attachments/com2011_issuespapergoverningdevelopmentinafricaprt.pdf.</p> <p>FURTADO, C. O processo histórico do desenvolvimento. In Bresser-Pereira e Rego. A Grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Editora 34, 2002.pp 253-280.</p> <p>KI-ZERBO, J. Para quando a África: Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.</p> <p>LATOUCHE, S. Pode a África contribuir para resolver a crise do Ocidente? IV Congresso Internacional dos Estudos Africanos. Barcelona 12 a 15 de janeiro de 2004.</p> <p>LOPES, C. Desenvolvimento para céticos: Como melhorar o desenvolvimento de capacidades. São Paulo: Unesp, 2006.</p> <p>MÉSZÁROS, I. O século XXI: o socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2006.</p> <p>MOORE, C. A África que incomoda: sobre a problemática do legado africano no cotidiano brasileiro. 2 ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.</p> <p>OTH, V. Desenvolvimento: Indicadores e tentativa de avaliação. Revista de Geografia. São Paulo: v. 14, p. 79-114, 1997.</p> <p>PAIXÃO, M. Desenvolvimento humano e relações raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>SANTOS, M. Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.</p> <p>SACHS, I. (Coord.). Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.</p> <p>THOMAS, V. et al. A qualidade do crescimento. São Paulo:</p>
---	--

	<p>Editora UNESP, 2002. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. VEIGA, J. E. da. O prelúdio do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, 2005. Disponível em: Acessado em 29 jul. 2008.</p>
Sociologia e desenvolvimento	
<p>Estudos do desenvolvimento como ciência. Desenvolvimento numa perspectiva histórica. Desenvolvimento como teoria: Desenvolvimento e crescimento econômico. Desenvolvimento humano. Desenvolvimento como liberdade. Desenvolvimento das capacidades. Desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento emancipatório. Desenvolvimento local. Dependência e desenvolvimento. Agentes do desenvolvimento: Estado e desenvolvimento; população e desenvolvimento; mercado e desenvolvimento; sociedade civil e desenvolvimento; FMI/BM e desenvolvimento; PNUD e desenvolvimento; CEPAL e Desenvolvimento. Políticas públicas de desenvolvimento. Desenvolvimento como avaliação.</p>	<p>ARBIX, G. et al. (Org.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Unesp/Edusp, 2001. CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América latina. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara S.A, 1970. HOFFMANN, M. B. A produção social do desenvolvimento e os povos indígenas: observações a partir do caso norueguês. Mana, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, Dec. 2011 . Available from . access on 25 Feb. 2013. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000300002. KI-ZERBO, J. Para quando a África: Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006. LOPES, C. Desenvolvimento para céticos: Como melhorar o desenvolvimento de capacidades. São Paulo: Unesp, 2006. MÉSZÁROS, I. O século XXI: o socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2006. OTH, V. Desenvolvimento: Indicadores e tentativa de avaliação. Revista de Geografia. São Paulo: v. 14, p. 79-114, 1997. PAIVA, V. Novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho. Educação e Sociedade, n. 45, p. 309- 326, ago.1993. PAIXÃO, M. Desenvolvimento humano e relações raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. POCHMANN, M. (Org.). Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004. PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2005. Disponível em: . Acesso em: 15 dez. 2005. SANTOS, M. Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. SACHS, I. (Coord.). Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo:</p>

	<p>Companhia das Letras, 2000. THOMAS, V. et al. A qualidade do crescimento. São Paulo: Editora UNESP, 2002. VEIGA, J. E. da. O prelúdio do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, 2005. Disponível em: . Acessado em 29 jul. 2008.</p>
História Social da escravidão e da presença indígena e negra no Brasil	
<p>Problematizar as questões da escravidão e da presença indígena e negra no Brasil, privilegiando a produção da História Social, abordagem que tem como característica o diálogo interdisciplinar entre História e Antropologia. Discutir as principais temáticas: missões jesuíticas, guerra dos bárbaros, formação de quilombos e comunidades de fugitivos, o tráfico atlântico e interno, experiências de negociação e conflito, formação da família escrava, irmandades religiosas, ações de liberdade e abolicionismos. Em debates pautados por polêmicas, análise do lugar social de produção dos autores, escolhas metodológicas e fontes utilizadas pela historiografia contemporânea. Refletir sobre a sociedade Pós-Abolição, as Leis 10.639/03 e 11.645/08, o racismo e a política de ações afirmativas.</p>	<p>ALBUQUERQUE, Wlamira R. de; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.</p> <p>ALENCASTRO, Luís Felipe de. O pegado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. Novos Estudos, nº 87, São Paulo, jul.2010.</p> <p>_____. O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>ANTONACCI, Maria Antonieta. Memórias ancoradas em corpos negros. São Paulo: Educ, 2013.</p> <p>AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.</p> <p>BARROS, Paulo Sérgio. Confrontos Invisíveis. Colonialismo e Resistência Indígena no Ceará. São Paulo: Annablume; Fortaleza: SECULT, 2002.</p> <p>BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.</p> <p>CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990</p> <p>CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012</p> <p>_____.(Org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.</p> <p>CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio (orgs.). Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.</p> <p>DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para professores. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA NETO, João Paulo. Museus e memória indígena no Ceará. Fortaleza: SECULT, 2009.</p> <p>HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). Negros no Ceará: História, memória e etnicidade. Fortaleza: Secult, 2009.</p> <p>LARA, Silvia Hunold. BLOWIN' IN THE WIND: E. P. Thompson e experiência negra no Brasil. Projeto História, São Paulo, V. 12, São Paulo, p. 43-55, out.1995.</p> <p>MATOS, Hebe. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.</p> <p>MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre-docência em Etnologia),</p>

	<p>Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, José Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: MEC/Museu Nacional, 2006</p> <p>OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Capoeira, Identidade e Gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.</p> <p>PALITOT, Estevão Martins (Org.). Nas matas do Sabiá: contribuições sobre a presença P A G E indígena no Ceará. Fortaleza: SECULT; IMOPEC, 2009</p> <p>PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. (Orgs.). Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.</p> <p>PORDEUS JR., Ismael. Umbanda: Ceará em transe. Fortaleza: Secult, 2002.</p> <p>PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, 2002.</p> <p>RATTS, Alex. Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: SECULT, 2009</p> <p>REIS, João José; GOMES, Flavio (Org.). Liberdade por um fio: História dos Quilombolas no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>SOUZA, Simone (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: EDR, 2000.</p> <p>SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Companhia das letras, 1988.</p> <p>SOBRINHO, José Hilário Ferreira. “Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...” – escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX. Fortaleza: Secult, 2011.</p> <p>SILVA, Eduardo; REIS, João José. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p> <p>SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará: das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.</p> <p>SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.</p> <p>VAINFAS, Ronaldo Vainfas. A Heresia dos índios: Catolicismo e rebeldia indígena no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p>
Tópicos Especiais em análise do discurso textualmente orientada	
<p>Estudo da linguagem sob a perspectiva da enunciação. Relação entre linguagem, cultura e ideologia. Reconhecimento dos pressupostos teóricos e metodológicos das análises do discurso, com ênfase na vertente anglosaxônica: relação interdisciplinar entre as ciências sociais e a linguagem. Estudo dos conceitos de significados acionais,</p>	<p>ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.</p> <p>BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. BAKHTIN, M. Problemas da poética de Dostoiévski. Tradução de Paulo Bezerra. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de</p>

representacionais e identificacionais.	<p>François Rabelais. 7ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Universidade de Brasília, 2010. BAKHTIN, M. Questões de literatura e de estética (A teoria do romance). 6ed. São Paulo: HUCITEC, 2010. BAKHTIN, M.;VOLOCHÍNOV, V. N. Marxismo e filosofia da linguagem. 13ed. São Paulo: HUCITEC, 2009. BENVENISTE, E. Problemas de linguística geral. 2ed. Trad. M. G. Novák e M. L. Neri. São Paulo: Nacional/Edusp, 2006. BENVENISTE, E. Problemas de linguística geral II. 5ed. Trad. Eduardo Guimarães et alii. Campinas: Pontes, 2005. DUCROT, O. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987. FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora da UnB, 2001. FAIRCLOUGH, N. Analyzing discourse: textual analysis for social research. London, New York: Routledge, 2003. FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000. MAINGUENEAU, D. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1989. PÊCHEUX, M. Semântica e discurso. Campinas: UNICAMP, 1988. RICOEUR, P. Interpretação e ideologias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. THOMPSON, J. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução de Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Editora Vozes, 1995 [1990].</p>
Tópicos especiais em estudos africanos I	
Eurocentrismo e falsificação da história africana. Saberes endógenas africanos. Ciência e tecnologia na África pré-colonial, colonial e pós-colonial. Pensamento social e Estudos Africanos em África até 1980: os precursores. Crítica africana contra a hegemonia ocidental. Questões sociais da agenda intelectual da África antes das independências até os anos de oitenta.	<p>FANNON, F. Os Condenados da Terra. Lisboa: Ulmeiro, s/d. KI-ZERBO, J. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 383-399. HOUNTONDJI, P. J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008: 149-160. file:///C:/Users/Basilele/Downloads/RCCS80-007-Hountondji-149-160%20(4).pdf MAZRUI, A. A. & AJAYI, J.F.A. Tendências da filosofia e da ciência na África. In: MAZRUI, A. A. (ed.). HGA, Vol. VIII: África desde 1935. Brasília:</p>

	<p>UNESCO, 2010, p.761-815.</p> <p>M'BOW, M.; A.M. Prefácio. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2 ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, pp. XXI-XXVI.</p> <p>MUNANGA, K. Negritude. Usos e Sentidos. São Paulo: Ática, 1986.</p> <p>MEMMI, A. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. 3. ed. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.</p> <p>MOORE, C. Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2007.</p> <p>NKRUMAH, K. A África deve unir-se. Lisboa: Ulmeiro, 1977, 160p.</p> <p>NYERERE, J. Ujamaa-Essays on Socialism, London: Oxford University Press, 1977.</p> <p>NASCIMENTO, E. L. (Org). Sankofa: matrizes da cultura afro-brasileira, RJ: UERJ, 1996.</p> <p>OGOT, B. A. Apresentação do Projeto. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, pp. XXVIII- XXX.</p>
<p>Resistências Africanas no mundo: um olhar cultural para as historiografias africana e da diáspora negra</p>	
<p>A partir da metade do século XX, as discussões historiográficas sobre resistências africanas no mundo são enriquecidas por leituras culturais das manifestações populares. Essas interpretações carregam um caráter interdisciplinar que, apesar de ter crescido em várias áreas do conhecimento, na história, especificamente hoje, possibilita a leitura das coisas como tendo uma vida social própria. Para os historiadores, esse argumento fortalece sobremaneira a utilização de objetos artísticos como documento histórico, juntamente com a observação de campo das manifestações culturais e das entrevistas orais. No entanto, os resultados deste diálogo entre história, antropologia e artes na historiografia africanista e da diáspora, por causa das especificidades de cada região, ainda estão um tanto longe de criarem uma aproximação. É nesse último sentido que a disciplina pretende ser construída.</p>	<p>SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak? (1985) [Tradução brasileira: Spivak, Gayatri. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010]</p> <p>BHABHA, Homi. O local da Cultura. Belo Horizonte, UFMG, 2013.</p> <p>NASCIMENTO, Beatriz; GERBER, Raquel. Ôrí, 1977 (filme documentário)</p> <p>RATTS, Alex. Eu sou atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2006.</p> <p>AKYEAMPON, Emmanuel. A voz africana em estudos africanos hoje.. in: O resgate das ciências humanas e das humanidades através da perspectiva africana. Vol.3 Brasília: Fundação Alexandre Gusmão; MRE. 2016 pp. 1679-1712.</p> <p>APPADURAI, A (Org.). A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, EDUFF, 2008.</p> <p>COOPER, F. Conflito e Conexão: Repensando a História Colonial da África In: Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 21-73, jul. 2008.</p> <p>GOMES, F.; XAVIER, G; FARIAS, J.B. Mulheres Negras. São Paulo: Selo Negro, 2013.</p> <p>HALL, S. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.</p> <p>HAMPATE BA, A. A tradição Viva. In: KISERBO, J (Org.) História Geral da África. Vol. I. São Paulo: Ed. Ática, UNESCO, 1983.</p> <p>HEYWOOD, L.M. (Org.) Central Africans and Cultural transformations in the American Diaspora. Cambridge: 2002.</p> <p>MUDIMBE, Valentin. 1. Discurso de Poder e o conhecimento da Alteridade. In: Mudimbe. A invenção de África: Gnose, Filosofia e Ordem do Conhecimento. Ed Pedagogo, 2012.</p> <p>PAIVA, Filipe. "Ruídos historiográficos: A</p>

	<p>historiografia de resistência africana em perspectiva". IN: Revista Expedições: Teoria & História. V.06, N.01, jan-jul 2015.</p> <p>PAREDES, Margarida. Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o Papel da Cultura na Política. Cadernos de Estudos Africanos, jan 1, 2011.</p> <p>REIS, J.J. Domingos Sodré. Escravidão, Liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</p> <p>REIS, José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravocrata. 1ª ed.1989. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.</p> <p>VALVERDE, Paulo. Carlos Magno e as artes da morte. Estudo sobre a Tchiloli na ilha de São Tomé e Príncipe. Etnografia, 2 (1998).</p>
EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA	
EXAME DE QUALIFICAÇÃO	

11. Corpo Docente

O Mestrado Interdisciplinar em Humanidades é composto por 17 docentes permanentes e 01 colaboradora (94,44% do corpo docente é permanente). Entre os (as) docentes permanentes todos e todas possuem regime de dedicação exclusiva (DE), sendo 15 docentes da Unilab, 01 docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e 01 da Universidade Federal do Ceará (UFC). A carga horária docente de dedicação ao curso é definida semestralmente pelo Conselho de Unidade do Instituto de Humanidades, considerando, entre outros critérios, o estabelecido no Regimento interno do curso que determina ao docente permanente a oferta anual de pelo menos 01 disciplina e orientação de 01 discente.

Uma vez que o curso possui atualmente 39 discentes ativos, a relação orientação-docente é de 2,3 orientações por docente permanente. Temos em planejamento para os próximos meses, o lançamento de novo edital para credenciamento de 03 novos docentes permanentes e credenciamento para os atuais.

Linha de Pesquisa 01 - Educação, Política e Linguagens:

I. Antônio Vieira da Silva Filho (Permanente): Doutor e Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

II. Carlos Subuhana (Permanente): Doutor em Serviço Social e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

III. Carlos Henrique Lopes Pinheiro (Permanente): Pós-Doutor em Política Educacional e Trabalho Docente pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

IV. Francisco Vitor Macedo Pereira (Permanente): Doutor em Filosofia Prática pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

V. Geórgia Maria Feitosa e Paiva (Permanente): Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

VI. Ivan Maia de Melo (Permanente): Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Mestre em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

VII. Jacqueline da Silva Costa (Colaboradora): Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

VIII. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos (Permanente): Pós-Doutora em Belas Artes pela Universidade do Porto (UP), Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestra em Sociologia e graduada em Letras, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

IX. Luís Carlos Ferreira (Permanente): Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ) e Mestre em Educação (UERJ). Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

X. Ricardo Ossagô de Carvalho (Permanente): Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Linha de Pesquisa 02 - Trabalho, Desenvolvimento e Migrações:

XI. Arilson dos Santos Gomes (Permanente): Doutor e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

XII. Basilele Malomalo (Permanente): Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita (Unesp) e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

XIII. Denise Ferreira da Costa Cruz (Permanente): Doutora e mestra em Antropologia Social (UnB). Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

XIV. Edson Holanda Lima Barboza (Permanente): Doutor e Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

XV. Larissa Oliveira e Gabarra (Permanente): Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e Mestra em História Cultural pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

XVI. Mara Rita Duarte de Oliveira (Permanente): Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

XVII. Natalia Cabanillas (Permanente): Doutora em Sociologia (Unb) e Mestre em Estudos de Asia e África, especialidade: África - El Colegio de México (2009). Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

XVIII. Roberto Kennedy Gomes Franco (Permanente): Pós-doutor em História da Educação pela Universidade de Lisboa (ULisboa), Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab);

12. Projetos de Pesquisa e produção acadêmica

O Mestrado Interdisciplinar em Humanidades possui vários projetos de pesquisa em atividade, distribuídos de forma equitativa entre as duas linhas de pesquisa do Programa. Os projetos são coordenados pelos professores permanentes do curso, com participação de estudantes de graduação, com bolsa de iniciação científica, e de pós-graduação, dentre eles destacam-se: 1) A produção da pesquisa social na Universidade internacionalizada – um estudo sobre as escolhas teórico- metodológicas de docentes da UNILAB, no qual se aborda as escolhas teórico-metodológicas e as trajetórias de formação em pesquisa dos professores efetivos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O objeto preciso são as teses e experiências de doutorado de

professores atuantes nas áreas de sociologia e antropologia, vinculados à instituição desde sua fundação até o ano de 2015; 2) GLICEU - Grupo de Língua e Cultura Esperantista da UNILAB, por meio do qual se busca priorizar a Língua Internacional Neutra Esperanto como alternativa de comunicação e de cultura entre a comunidade acadêmica afro-brasileira e os demais interessados comunitários, na perspectiva de construir um elo entre o regional e o internacional (não desprezando o primeiro, mas valorizando-o na dimensão do segundo), possibilitando ao público-alvo inserir-se na comunidade transnacional esperantista; 3) Histórias e Culturas do Negro, projeto inserido no Programa Áfricas do Joá (fluxo-contínuo Proex). Faz parte do eixo Estendendo-se, que tem como objetivo dar atendimento a crianças e formação aos jovens e adultos sobre as Histórias e Culturas africanas e afro-brasileiras, atendendo à Lei 10.639/03. No caso, o projeto Histórias e Culturas do Negro oferece formação para Escolas Estaduais de Ensino Médio do Maciço do Baturité sobre os temas das africanidades, procurando conscientizar os jovens de 15 a 18 anos de suas raízes culturais e históricas, dando-lhes instrumentos simbólicos para lutar contra o racismo; 4) Narrativas da Infância dos Kanindé de Aratuba/Ceará, como lugar de Histórias da Educação Escolar Indígena, projeto no qual se objetiva analisar dialeticamente as experiências das crianças Kanindé de Aratuba/CE sobre a educação escolar indígena praticada na Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Manoel Francisco dos Santos. Especificamente, interessa a este projeto as narrativas dos alunos e das alunas sobre os limites e possibilidades das práticas educativas vivenciadas no contexto da Escola Indígena dos Kanindé de Aratuba/CE. A proposta emerge do debate interdisciplinar desencadeado pelo campo da História da Educação, ampliando sujeitos, temas e objetos. Metodologicamente, a coleta de dados se processa pelo cruzamento de fontes (orais, escritas e audiovisuais); 5) No Djunta Mon é o grupo de língua e cultura crioula da juventude guineense da UNILAB, cujo propósito é promover a integração afetiva e cultural dos brasileiros com os assuntos, interesses e enfrentamentos do cotidiano da juventude guineense - na Guiné Bissau ou em suas diásporas para estudo e formação no Brasil, notadamente na UNILAB. No Djunta Mon valoriza a língua e a cultura crioula guineense como veículos diletos de manifestação artística, política, intelectual e cultural da juventude guineense na UNILAB, junto aos parceiros brasileiros - no ideal de "juntarmos as nossas mãos" na realização da integração e da cooperação internacional solidária entre África e Brasil. As ações do grupo se definem na produção acadêmica, política e cultural acerca dos temas relevantes aos jovens

guineenses em formação na UNILAB; 6) Saberes interdisciplinares: construindo a integração docente entre escola e universidade no Maciço do Baturité. O projeto visa estabelecer a integração de saberes docentes e discentes nas escolas de ensino médio dos municípios que compõem a região do Maciço de Baturité no estado do Ceará, sobre a perspectiva da interdisciplinaridade no ambiente educacional, buscando estimular o debate, a reflexão e a prática interdisciplinar, de modo dialógico e contextualizado com as mais diversas realidades e vivências locais da região.

Destaque para o projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq (Edital Universal), GESTÃO POR RESULTADO NA EDUCAÇÃO: a responsabilização e o regime de colaboração na promoção do direito à educação no Ceará (1995-2010), coordenado pela pesquisadora Jeannette Filomeno Pouchain Ramos, professora permanente do Programa, membro do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade/EDUCAS-UECE, cadastrado no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do CNPq, vinculado ao Mestrado Acadêmico em Educação do Centro de Educação – CED/UECE. Os demais pesquisadores (docentes e discentes) e colaboradores desta pesquisa são oriundos do Programa, bem como da Universidade Estadual do Ceará – UECE (Campus Fortaleza, Limoeiro do Norte e Quixadá) e também estão vinculados ao Grupo de Pesquisa EDUCAS, o que possibilita o diálogo interinstitucional de pesquisadores, a interiorização do grupo de pesquisa, a formação de pesquisadores e o olhar para a educação básica no Ceará em 03 (três) macrorregiões. Destaque, ainda, para o projeto Centro Integrado de Atenção ao Desenvolvimento Infantil (Ciadi), projeto coordenado pela professora do Programa Larissa Oliveira e Gabarra, cujo projeto pedagógico abrange atividades de cunho interdisciplinar, envolvendo professores e estudantes bolsistas das áreas de humanas e ciências agrárias, pois são desenvolvidas atividades que integram a criança com a natureza, em atividade prática que salienta a importância da relação com a terra. As atividades são destinadas às crianças de 4 a 10 anos, que estão cursando o ensino fundamental. As atividades são de março a julho e de setembro a dezembro e acontecem no contraturno do horário da aula regular. O espaço Casa encantada fica na av. da Abolição, 07 Redenção/CE (ao lado da creche municipal). Em 2020 as atividades foram desenvolvidas online através de propostas enviadas aos pais pela coordenação do Ciadi, mantendo os eixos: ludicidade, matrizes africanas, educação ambiental e saúde da criança. Foram enviadas contação de história gravadas e pedia um desenho, ou pra conversar com os avós. E a criança

enviava a foto ou áudio do que fez em casa. No eixo ambiental, fizeram vasinhos de pet e plantaram coentro, cebolinha. Cada eixo propunha uma atividade por semana. O projeto terá continuidade presencialmente no ano de 2021, a depender do encerramento do estado de pandemia.

Na prática, o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, por sua vocação interdisciplinar, incentiva o diálogo e a transversalidade entre as diferentes áreas do saber. Possuímos um corpo docente com formação em diferentes áreas das humanidades e para efetivar a transversalidade e o diálogo entre as diferentes áreas, o Programa oferta, em várias oportunidades, disciplinas com dois professores de diferentes áreas, além de incentivar a produção conjunta entre os docentes e discentes. Destaca-se nesse sentido a publicação Anual dos Ensaio Interdisciplinares em Humanidades, na qual os estudantes e os professores do Programa publicam artigos a partir da experiência conjunta na pesquisa interdisciplinar, em parceria com outros programas Interdisciplinares da UERN, UECE e UFBA. Cerca de 70% dos professores do Programa têm publicações anuais em periódicos de extrato qualis A e B na área interdisciplinar, em 2021 o Programa pretende ampliar esse número para 100% dos professores. Ressalta-se que todos os estudantes do Programa publicam o seu primeiro artigo acadêmico ainda cursando o Mestrado, publicações em capítulos de livro, periódicos em extrato qualis C; em 2021 a ideia é fazer com que esses artigos dos estudantes sejam publicados em extratos A e B, mesmo sabendo da dificuldade, pois, via de regra, as revistas acadêmicas desses extratos qualis privilegiam artigos de professores doutores.

Os docentes possuem formação diversa adequada a uma proposta interdisciplinar. A maior parte do corpo docente permanente apresenta projeto de pesquisa ou atividades de iniciação científica e orientação, tanto no Mestrado como na graduação.

O planejamento para o ano de 2023 contempla a ampliação de projetos de pesquisa para a totalidade do corpo docente, privilegiando projetos que fomentem o desenvolvimento da Região do Maciço de Baturité e, igualmente, aqueles relacionados aos estudos africanos. Há compartilhamento de disciplinas entre os professores, contudo, ainda são poucos os projetos de pesquisa compartilhados entre docentes, algo em que seguramente se deve investir, tendo em vista uma proposta interdisciplinar que se supõe integradora de saberes. Almeja-se o planejamento de atividades com vistas ao desenvolvimento futuro, contemplando especificamente a internacionalização. Embora exista cooperação com

pesquisadores de países africanos, estas ações não estão ainda efetivadas, havendo a necessidade de ações mais concretas para tal consolidação, tais como: intercâmbio de estudantes e de professores entre os Programas de Pós-Graduações Unilab/África; atividades científicas em nível internacional, com participação de discentes e docentes dos países parceiros; publicações conjuntas de estudantes e docentes do Programa com outros Programas de Pós-Graduação e Pesquisa dos países africanos parceiros; participação em associações nacionais e internacionais de Pós-Graduações na área interdisciplinar.

A troca de experiências e a inserção nas discussões da área interdisciplinar passam também por cooperações e parcerias regionais com outros programas de Pós Graduação de universidades do Nordeste, tais como o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia. Contamos com a cooperação e parceria mediante desenvolvimento de pesquisas interinstitucionais de docentes e discentes do POSIH com o Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAEI-UECE), localizado no interior do Ceará, nas Regiões do Vale do Baixo Jaguaribe e do Sertão Central (FAFIDAM e FECLESC). A realização de Encontros Regionais e Nacionais anual é a proposta do programa para consolidar ainda mais a cooperação e a parceria em pesquisa e ensino entre os estudantes e professores destes Programas.

13. Autoavaliação

A autoavaliação no programa já vem sendo desenvolvida desde final de 2017, quando foram criados questionários avaliativos dos componentes curriculares e avaliação geral do programa, com os seguintes tópicos: produção acadêmica, avaliação das disciplinas, projetos de pesquisa e extensão, vínculo com a graduação, projetos e disciplinas compartilhadas, avaliação da página do Programa, etc. A autoavaliação é realizada por estudantes, egressos e professores. A autoavaliação discente é realizada semestralmente, enquanto a docente é realizada a cada 24 meses, coincidindo, assim, com o recredenciamento. Os orientadores e os docentes que ora ministram as disciplinas são os responsáveis pelo acompanhamento da autoavaliação discente.

As pesquisas são, ainda, discutidas com os professores no seminário de

pesquisa anual, no qual o discente tem a oportunidade de ouvir os outros estudantes e os professores sobre a pesquisa desenvolvida de cada discente, proporcionando, assim, um espaço também de autoavaliação. O exame de qualificação obrigatório é um momento no qual o estudante apresenta a uma banca examinadora, composta por, no mínimo, três docentes, o resultado parcial da pesquisa. Neste momento o discente faz uma autoavaliação do andamento da pesquisa e apresenta os passos a serem percorridos para a finalização da pesquisa e defesa da dissertação. O discente do Programa tem proficiência em, pelo menos, em uma língua estrangeira, exame realizado pelo Núcleo de Línguas da Unilab.

A autoavaliação é solicitada em cada disciplina cursada, com critérios de autoavaliação, tais como: desempenho e participação na componente; conteúdo programático, bibliografia e metodologia; contribuição para a pesquisa desenvolvida; clareza, coerência e desenvolvimento da ementa pelo docente.

O Programa teve seu primeiro ano de funcionamento a partir de 2016 com uma área de concentração e duas linhas de pesquisa. O ano de 2017 foi importante para a implementação de procedimentos e processos de autoavaliação porque o Programa recebe a avaliação de meio termo da Capes, na qual elenca os pontos positivos e os pontos nos quais o Programa precisava melhorar. Destacamos, assim, considerando a avaliação de 2017 da Capes, que desde 2018 temos fortalecido ainda mais a inserção social através de atividades de pesquisa que envolvem comunidades externas à Universidade, tais como Escolas do Ensino Fundamental e Médio, Populações Indígenas e Quilombolas, inserção no ensino aprendizagem na educação infantil com o projeto de Extensão Centro Integrado de Atenção ao Desenvolvimento Infantil – CIADI, coordenado por docentes do Mestrado, que executam atividades de ensino, projetos de pesquisa e/ou programas de extensão que dá assistência a crianças, com participação de pais de crianças atendidas, estudantes, estudantes pais/mães e sociedade civil e tem como objetivo e metas: I) contribuir para com a permanência da(o) estudante-mãe/pai na Universidade mediante oferta de assistência-creche a seus filhos;II) formar estudantes, como tutores para promoção de atendimentos de crianças numa perspectiva intercultural e de cooperação internacional sul-sul. Destaca-se, ainda, Programa de Apoio à(ao) estudante-mãe/pai, desenvolvido no âmbito do Centro Integrado de Atenção ao Desenvolvimento Infantil da Unilab, cujos objetivos contribuir para a permanência da(o) estudante-mãe/pai mediante a oferta de assistência-creche a seus filhos, além de formar estudante para o trabalho com crianças. O Centro Integrado de Atenção

Infantil (Ciadi) promoveu a Colônia de Férias da Casa para crianças de 4 a 10 anos.

Os resultados da autoavaliação também demonstram que, desde 2018, em torno de 40% das disciplinas são compartilhadas pelos professores, preferencialmente, compartilhamento de turmas com docentes de linhas de pesquisa diferentes. Em torno de 70% do corpo docente coordenam projetos de pesquisa de iniciação científica e/ou extensão financiados com bolsa para estudantes de graduação, projetos que contam com a participação voluntária dos estudantes do Mestrado.

A produção do Programa tem um índice muito bom, conforme a avaliação de meio termo de 2017, e o Programa tem aumentado quantitativamente e qualitativamente a sua produção intelectual de 2018 a 2020. O Programa tem ampliado a produção intelectual de artigos nos estratos mais qualificados com publicações que abrangem, em torno, de 70% do corpo docente e a exigência de, pelo menos, uma publicação de artigo do corpo discente para a obtenção do título de mestre. A internacionalização do Programa tem se dado pela ampliação do seu quadro discente e docente. Em torno de 35% dos estudantes e 20% dos professores são internacionais.

A oficialização e formalização da cooperação e integração com outros Programas dos países africanos parceiros da Unilab deu um salto em 2020 com a criação das diretrizes da Unilab para a Internacionalização, todavia os acordos de cooperação não puderam ser firmados por causa da pandemia global. O Programa possui uma página na web desde 2017 na qual se encontram todas as informações em português, inglês, espanhol e francês sobre o Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (mih.unilab.edu.br).

14. Infraestrutura

O curso funciona no Campus das Auroras, Redenção/CE, possuindo uma sala de coordenação, um laboratório de informática, com 40 computadores disponíveis para os discentes. Utilizamos salas de aulas compartilhadas no Bloco C e os gabinetes dos professores são distribuídas entre os blocos A e B do Campus das Auroras.

A Biblioteca Central da Unilab também está localizada no Campus das Auroras, havendo ainda uma Biblioteca Setorial na Unidade Acadêmica dos Palmares, que também possui acervos disponíveis aos docentes e discentes do

curso. A Biblioteca Central da Unilab possui acesso direto aos portais da CAPES, JSTOR e MUSE. O Portal da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 34.123 periódicos, internacionais e nacionais, e a 135 bases de dados de resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.

A base de dados JSTOR, por sua vez, oferece acesso a mais de 35.000 títulos e a 370 bases de dados. A JSTOR está dividida em três áreas do conhecimento: A JSTOR Arts & Sciences I Collection (Humanities) contém mais 35.916 títulos divididos nas seguintes subáreas: Studies (602 títulos), Arts (1600 títulos), Business and Economics (2049 títulos), History (7834 títulos), Humanities (8043 títulos), Law (817 títulos), Medicine and Allied Health (688 títulos), Science and Mathematics (3025 títulos), Social Sciences (11258 títulos). A JSTOR Arts & Sciences III Collection (Social Sciences) contém mais de 170 bases. E, por fim, há a JSTOR Mathematics & Statistics com mais 200 bases na área de matemática e estatística.

Já o Projeto MUSE oferece acesso a títulos em 18 áreas do conhecimento, caracterizando-se como uma colaboração pioneira entre bibliotecas e editores para promoção de saberes. O Projeto MUSE está organizado nas seguintes áreas do conhecimento: Linguagem e Linguística (8391 títulos); Linguística (3272 títulos); Ciências Sociais (2130 títulos); Literatura (1802 títulos); Área e Estudos Étnicos (1775 títulos); Área e Estudos Étnicos Estudos Judaicos (1168 títulos); Ciências Sociais Ciência Política (1064 títulos); Ciências Sociais Estudos Surdos e Deficiência (948 títulos); Língua e Linguística Língua de Sinais (948 títulos); Literatura Espanhol e Literatura Português (552 títulos); Área e Estudos Étnicos Estudos da Ásia e do Pacífico (478 títulos); Ciências Sociais Antropologia (118 títulos); Área e Estudos Étnicos Russo e Estudos da Europa de Leste (89 títulos); Linguagem e Estudos de Linguística Tradução (82 títulos); Área e Estudos Étnicos Estudos americanos nativos e indígenas (66 títulos); Área e Estudos Étnicos Estudos Franceses (40 títulos); Educação (6 títulos); Língua Estrangeira (6 títulos).

O uso dos portais é livre e gratuito para os usuários da Unilab. O acesso é realizado a partir de qualquer computador ligado à internet localizado no interior da UNILAB ou por pessoas que possuam autorização (carteira de estudante atualizada) para acessá-lo de fora (estudantes de pós-graduação, professores e servidores).

Por fim, destacamos que o Sistema de Bibliotecas da Unilab, dispõe de excelente acervo no âmbito das Ciências Humanas, com referências fundamentais aos estudos/pesquisas sobre os temas Linguagem, Filosofia, Desenvolvimento,

População, Globalização, Migrações (internas e internacionais), Governança, Identidade, Cultura, Memória, entre outros temas de interesse vinculados ao programa de mestrado.

15. Planejamento Estratégico

Do ponto de vista do planejamento estratégico, a meta inicial é superar os impactos acadêmicos decorrentes da pandemia de COVID-19 e garantir que os discentes concluam suas dissertações no prazo de 24 meses estabelecidos pela CAPES.

O fim da pandemia tem permitido o retorno das atividades presenciais, inclusive, com nova edição do Encontro Nacional Interdisciplinar, com temáticas relacionadas com as linhas de pesquisas do Programa. O Mestrado pretende viabilizar a vinda de professores, de pesquisadores e de alguns estudantes para troca de experiências na pesquisa interdisciplinar, notadamente em seus próximos eventos – ocasiões nas quais os estudantes dos programas envolvidos e congêneres possam extrair, dos métodos, das práticas e das teorias compartilhadas, conhecimentos a serem aplicados às suas pesquisas, para o desenvolvimento qualitativo de suas dissertações e de seus projetos acadêmico-profissionais.

É igualmente de fundamental importância para a formação omnilateral dos estudantes do Mestrado a criação de um laboratório de pesquisa interdisciplinar em humanidades, voltado a aproximar a prática da teoria, o qual buscará atrair a participação dos estudantes e professores do ensino básico e médio das escolas da região do Maciço de Baturité. As experiências pedagógicas adquiridas pelos estudantes do Programa serão compartilhadas com os professores das escolas da região, a fim de: facilitar o trabalho pedagógico com turmas heterogêneas; promover a integração de diferentes disciplinas da Prática de Ensino; incentivar aulas em que os alunos demonstrem as relações entre teoria e prática; relacionar informática e educação – por meio da utilização de programas como o Open Office.

Entre as iniciativas do Programa destaca-se a manutenção da publicação ininterrupta dos Ensaios Interdisciplinares em Humanidades. Os estudos apresentados na coleção de ensaios são fruto de ações coletivas de pesquisadores vinculados ao mestrado – estudantes e docentes – e de convidados de outras pós-graduações interdisciplinares, que contribuem, através das variadas narrativas desenvolvidas com arcabouços teóricos e metodológicos diversos, para a

interpretação real do mundo em que vivemos, nas quais os pontos de vista, com a intersecção e transversalidade entre as disciplinas, fazem brotar a interdisciplinaridade. Já foram publicadas 04 edições do e-book, temos ainda 02 edições em processo de editoração: o volume V aprovado através de Edital da Editora da Universidade do Rio Grande e o Volume VI financiado com recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP / CAPES.

Outra iniciativa, é a realização do I Encontro Nacional do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades. A proposta dos Encontros Nacionais do MIH, a ser realizado anualmente, busca fomentar debates no campo interdisciplinar, suas expressões culturais, práxis sociais e aplicações em distintas realidades. O evento tem como objetivo proporcionar entre a comunidade acadêmica (estudantes de graduação e de pós-graduação e professores de diferentes instituições acadêmicas) e a comunidade não acadêmica um espaço de reflexão através de palestras, mesas redondas, minicursos, oficinas, apresentação de trabalhos de pesquisa, performances artísticas e culturais.

Em sua primeira edição, realizada em dezembro de 2022, a programação contou com a participação de professores da Unilab, além de convidados externos, a destacar, a Profa. Dra. Iraneide Soares da Silva (UESPI), presidente da Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros (ABPN), a Profa. Dra. Patrícia Godinho Gomes (IFBA), o Prof. Dr. Elísio Macamo, de Moçambique e atualmente professor de estudos africanos na Universidade de Basileia, na Suíça.

O Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades visará, assim, basicamente a formação qualificada de jovens pesquisadores e instrumentalização na consecução das pesquisas realizadas no programa. A finalidade do laboratório inclui ainda: criar um banco de dados com material de apoio – acervo para consulta; incluir o aluno e a aluna em atividades que exijam a investigação e a organização de materiais de apoio; elaborar materiais para serem utilizados em seminários, comunicações orais etc; dinamizar as aulas de ensino e aprendizagem em História, Geografia, Língua Portuguesa, Artes, Filosofia, Sociologia etc, relacionadas com a cultura afro-brasileira e africana; confecção e elaboração de material de apoio; levantamento de dados, entrevistas, consultas, registros etc;

Por fim, além da qualificação profissional de nossos discentes, da comunidade acadêmica e da população do Maçico do Baturité, considerando os critérios de avaliação da CAPES, temos mantido nota 03 (escala de nota de 01 a 07) desde a autorização para funcionamento, em 2016, assim, a principal meta do

planejamento estratégico do curso é obter nota 04 na próxima avaliação quadrienal da CAPES, conceito que qualificaria o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades para abertura de um Curso de Doutorado.

16. Bibliografia

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. **Revista Ideação**, v. 10, n. 1, 2008, p. 41-62.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GUSDORF, Georges. Passado, presente, futuro da pesquisa interdisciplinar. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 121, p. 7-27 abr./jun. 1995.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MACAMO, Elísio. "Aquino de Bragança, estudos africanos e interdisciplinaridade". In: SILVA, Teresa Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (orgs.). **Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas**. Dakar: Codesria. 2012, pp. 63-73.

KI-ZERBO, Joseph (coord.). **História geral da África 1: metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia africana**. Maputo: ed. Paulinas, 1989.

PIAGET, Jean. **Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns**. Lisboa: Bertrand, 1973.

SAID, Edward William. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.